EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3718/2026
COTA RESERVADA/AMPLA
EXCLUSIVIDADE ME/EPP

A PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO, torna público, para ciência dos interessados, que por intermédio da autoridade competente, Secretário de Saúde, designado pelo Decreto Municipal nº 59/2023, repristinado pelo Decreto Municipal n.º 47/2025, encontra-se aberta licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 63/2026, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** e que será integralmente conduzida pelo pregoeiro, assessorado por sua equipe de apoio, sendo regida pela Lei Federal n.º 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 59/2023, pela Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018 e demais legislação aplicável e, ainda, os preceitos de direito público, no que couber e processado em conformidade com as disposições deste EDITAL e seus anexos, visando a contratação de pessoa jurídica, com cota reservada/ampla e exclusividade para ME/EPP, para aquisição de equipamentos odontológicos destinados à estruturação e modernização dos consultórios odontológicos da rede municipal de saúde, conforme especificações , quantidades e demais condições estabelecidas no Termo de Referência Anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Saúde.

1. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da plataforma BLL Compras, **na data de 09 de dezembro de 2026.**

1.1. Início do Recebimento de Propostas: 27/11/2026 às 08hs

1.2. Fim do Recebimento de Propostas: 09/12/2026 às 08h30min

1.3. Início da Disputa: 09/12/2026 às 08h45min

1.4. Modo de Disputa: Aberto

2. O pregão será conduzido pela (o) pregoeira (o) **Arthur Padovani Bizan,** nomeado na Portaria Municipal n.º **255/2026**, com auxílio de equipe de apoio nomeados no processo administrativo n. º **3718/2026.**

2.1. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

2.2. Local: www.bll.org.br

3. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *internet*, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL Compras.

3.1. Os trabalhos serão conduzidos pelo (a) Pregoeiro (a) da Prefeitura do município de Salto/SP, mediante monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante na página da internet da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL Compras.

3.2. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

4. DO SUPORTE LEGAL

4.1. Este Pregão é regulamentado pelos seguintes dispositivos legais:

- Lei Federal nº 14.133/21 – que estabelece normas gerais de licitação e contratação para Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrangendo outros;
- Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- Lei Orgânica do Município de Salto nº 1382/90 (Emenda Substitutiva nº 01/2008);
- Decreto Municipal nº 59/2023– que institui o Regulamento Geral de contratações (RGC-Salto) no âmbito da Administração Direta do Município de Salto, para aplicação da Lei Federal n.º 14.133/21, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos;
- Legislação específica que disciplina as atividades industriais e/ ou comerciais dos licitantes;
- Lei Federal nº 12.846/2013 que dispõe sobre a responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas em atos lesivos praticados contra a Administração Pública;
- Lei complementar nº 123/06 e suas alterações – que dispõe sobre a exclusividade de participação e/ou benefício a microempresa e empresa de pequeno porte;
- Decreto Municipal nº 36/2018 – dispõe sobre o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as ME/EPP;
- Lei Municipal nº 3.972/2022 – dispõe sobre a identificação das empresas, que contratam com o município de Salto, cumpridoras das Leis e Decretos Federais, referentes à obrigatoriedade do preenchimento das cotas de aprendizes e pessoa com deficiências e dá outras providências.

4.2. A legislação local está disponível para consulta pública no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Salto: camarasalto.sp.gov.br/leis-cmsalto e da Prefeitura Municipal de Salto: www.salto.sp.gov.br/lei-municipal/

5. DO OBJETO

5.1. Contratação de pessoa jurídica, com cota reservada/ampla e exclusividade para ME/EPP, para Aquisição de equipamentos odontológicos destinados à estruturação e modernização dos consultórios odontológicos da rede municipal de saúde, conforme especificações, quantidades e demais condições estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Saúde.

5.2. Será de responsabilidade da Secretaria de Saúde a gestão do contrato através da funcionária Aline Guimarães Galdino, Auxiliar Administrativo, matrícula nº 10792 e para a fiscalização Léa Maria Cecílio Junqueiro, Cirurgiã-Dentista, matrícula nº 9430, ambas da Secretária de Saúde.

5.3. O apoio técnico necessário ao pregoeiro será prestado pela funcionária Carla Vendramini Mariano, Cirurgiã-Dentista, Matrícula n° 8189, da Secretária de Saúde.

5.4. Conforme cotação de preços realizada pelo município junto ao mercado e fontes de outros órgãos públicos, o **valor unitário estimado de cada item é de:**

ITEM	VALOR UNITÁRIO DO ITEM – R$
1	R$ 1.750,00
2	R$ 10.208,24
3	R$ 7.200,00
4	R$ 4.285,16
5	R$ 23.997,99
6	R$ 23.997,99
7	R$ 8.206,40
8	R$ 1.400,00
9	R$ 6.477,67
10	R$ 705,01
11	R$ 5.849,88
12	R$ 681,19
13	R$ 1.176,83
14	R$ 4.120,00

6. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar da presente licitação qualquer interessado do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação e que atendam às exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus anexos e que sejam detentoras de senha para participar de procedimentos eletrônicos junto a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL: www.bll.org.br

a) Para os **ITENS EXCLUSIVOS: 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14** – somente às empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, nos termos da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, em seu inciso I, art. 48.

b) Para o **ITEM COM COTA RESERVADA: 5 -** somente às empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, nos termos da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, em seu art. 48, inciso III, **sem prejuízo de sua participação na cota principal.**;

c) Para o **ITEM COM COTA PRINCIPAL: 6** – os interessados que atendam aos requisitos do edital;

6.2. Caso a mesma empresa sagre-se vencedora da cota reservada e da cota aberta, deverá, para ambas, prevalecer o menor preço (quer apresentado na cota reservada quer na aberta).

6.2.1. As aquisições se iniciarão com as ME/EPP, desde que a diferença do preço ofertado, em cada item da contração não supere o limite de 5% (cinco por cento) do melhor preço valido de cada item.

6.3. O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, diretamente no site da Bolsa, www.bll.org.br. até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento.
6.4. A participação está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante até o limite de horário previsto no edital.

6.5. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida/emitida pela entidade.

6.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.7. Estarão Impedidos de participar desta licitação, interessados que se enquadrem em uma ou em mais das situações a seguir:
a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
c) pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
f) pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
g) agente público do órgão ou entidade licitante;
h) empresas reunidas em consórcio;
i) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;
j) Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública do Município de Salto/SP, nos termos do inciso III, § 4º do art.156 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

k) Declaradas inidôneas para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e Indireta de todos os entes federativos e não reabilitadas, nos termos do inciso IV, § 5º do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

6.7.1. O impedimento de que trata o item **"c"** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.7.2. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.7.3. A vedação de que trata o item **"g"** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

7. DO CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL – BLL COMPRAS

7.1. Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico www.bll.org.br, acesso "cadastro – licitantes (fornecedores)".

7.2. As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail disponíveis no endereço eletrônico: www.bll.org.br.

7.2.1. Ficam os interessados cientes que o procedimento de credenciamento é ato complexo e que somente é considerado realizado após a análise e aprovação da documentação necessária pela BLL Compras, o que em geral é realizada em até 24 (vinte e quatro) horas, considerando os dias úteis, portanto é de responsabilidade exclusiva do participante ter pleno acesso ao sistema no horário de abertura da sessão. Situações envolvendo problemas de login, senha, ausência de documentação, não atendimento de mensagens pelo sistema dentre outras não impedem o regular trâmite.

7.3. Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BLL Compras poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, de segunda a sexta-feira, das 8hs às 18hs (horário de Brasília), nos caminhos informados no site: www.bll.org.br.

7.4. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no site: www.bll.org.br, opção "login", seguindo "Sala de Disputa", mais "Pregão – Setor Público".

7.4.1. As propostas de preço deverão ser encaminhadas eletronicamente até a data e horário definidos, conforme indicação na primeira página deste edital.

7.5. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7. Quando a desconexão persistir por **tempo superior a 10 (dez) minutos,** a sessão do pregão será suspensa e terá reinicio somente após reagendamento/comunicação expressa aos participantes via "Chat" do sistema eletrônico, onde será designado dia e hora para a continuidade da sessão.

7.8. Caso exista a necessidade de suspender a sessão, tendo em vista a quantidade de lotes/itens, o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

7.9. O trâmite do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação/homologação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal: www.bll.org.br, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

8.2. O critério de julgamento adotado neste certame será o de menor valor ($) unitário do item.

8.3. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o PREÇO UNITÁRIO DO ITEM (R$), conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até o fim do recebimento de propostas.

8.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

8.4.1. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá **DECLARAR**, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.4.2. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo **"nenhuma"**, impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

8.4.3. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo **"nenhuma"**, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

8.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.

8.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.

8.9. As propostas deverão ser apresentadas com as especificações de cada marca ofertada e não utilizando apenas a descrição do item presente no edital.

8.9.1. Para fins de análise da conformidade da proposta, o licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta comercial, catálogo técnico, manual ou ficha técnica oficial emitidos pelo fabricante e vigentes na data da apresentação da proposta, contendo informações suficientes para comprovação do atendimento às especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.9.2. Não serão aceitas declarações emitidas exclusivamente pelo licitante, catálogos elaborados especificamente para o certame, folders, prospectos ou materiais publicitários sem especificações técnicas, ou documentos que não permitam verificar objetivamente as características do equipamento ofertado.

9. DO PREENCHIMENTO E ENVIO DA PROPOSTA

9.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
9.1.1. Valor ($) **unitário** do item;
9.1.2. Especificação completa dos produtos oferecidos (devendo ser preenchido como "produto");
9.1.3. Para a proposta deverá considerar o descritivo/quantitativo mínimo estimado no Termo de Referência **Anexo I** do Edital;
9.1.4. Será admitida preço de até **02 (duas) casas** após a vírgula;

9.2. Todas as especificações do equipamento contidas na proposta vinculam o licitante.

9.2.1. Nos valores propostos estarão inclusos, além do lucro, transporte, frete, carga e descarga, instalação, montagem, configuração, testes de funcionamento e demais providências necessárias ao pleno funcionamento dos equipamentos, quando aplicáveis, bem como impostos, taxas, tributos, encargos e todas as demais despesas diretas e indiretas relacionadas à integral execução do objeto, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

9.2.2. Os preços ($) ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.2.3. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.2.4. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

9.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de proposta. Os documentos de habilitação não poderão ser excluídos ou alterados a partir do prazo em que recebimentos das propostas estiver encerrado.

9.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o Termo de Referência e demais anexos do Edital, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os equipamentos nos termos, quantidades e condições estabelecidos, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.6. Eventual sobrepreço ou superfaturamento da proposta ou lance poderá ser objeto de apuração de responsabilidade.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. **Será desclassificada a proposta que identifique o licitante**.

10.2.1. Compreende-se por identificação qualquer palavra, expressão, logotipo ou qualquer sinal que possa identificar o licitante ou ainda diferenciar a proposta/documentação dos demais.

10.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3. O sistema disponibilizará campo próprio (chat) para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.3.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.3.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor ($) unitário do item;

10.3.2.1. Será admitida preço de até **2 (duas) casas** após a vírgula;

10.3.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.3.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.3.4.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será conforme planilha abaixo, correspondente a 0,2% do valor estimado de mercado, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta:

ITEM	VALOR UNITÁRIO DO ITEM – R$
1	R$ 3,50
2	R$ 20,42
3	R$ 14,40
4	R$ 8,57
5	R$ 48,00
6	R$ 48,00
7	R$ 16,41
8	R$ 2,80
9	R$ 12,96
10	R$ 1,41
11	R$ 11,70
12	R$ 1,36
13	R$ 2,35
14	R$ 8,24

10.3.4.2. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o valor ($) unitário do item.

10.3.5. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **"aberto"** onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.3.6. A etapa de lances da sessão pública terá **duração de 10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.3.7. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, **será de ("2") dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.3.8. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.3.9. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.3.10. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por **tempo superior a 10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes.

10.3.11. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.4. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.4.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.4.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

10.4.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.4.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.4.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.4.5.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

10.4.5.2. Empresas brasileiras;

10.4.5.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.4.5.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.4.6. Após a aplicação dos critérios previstos no art. 60 da Lei de Licitação, em persistindo a situação de empate no julgamento do procedimento licitatório, será utilizado o "Sorteio" como último critério de desempate, nos termos do parecer n.º 00031/2024/DECOR/CGU/AGU.

10.5. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.5.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.5.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.5.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.5.4. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da Proposta e habilitação.

10.6. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA READEQUADA e DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.6.1. O licitante mais bem classificado deverá, **a partir do comunicado do pregoeiro**, apresentar/enviar **no prazo de 3 (três) horas**, a **proposta readequada ao último lance ofertado** após a negociação realizada, com VALORES UNITÁRIOS, TOTAL DO ITEM E GLOBAL DA PROPOSTA**,** com **o descritivo do produto ofertado com (Marca, Modelo e documentos comprobatórios dos requisitos técnicos, conforme abaixo)**, acompanhados da **documentação de habilitação** e/ou do cadastro no **SICAF**, conforme estabelecido **nos itens 12.3.1. ao 12.3.3.**, acompanhado da documentação complementar **item 12.4.** do edital.

10.6.1.1. Para fins de análise e aceitação da proposta, o licitante deverá apresentar, **quando exigido no respectivo descritivo técnico (Anexo I do Edital)**, o número de registro ou notificação do equipamento perante a ANVISA, bem como os certificados, publicações ou

demais documentos comprobatórios dos requisitos técnicos e regulatórios expressamente solicitados para o item que ofertar;

10.6.1.2. Certificação INMETRO: Exigida expressamente no descritivo apenas para o Item 02 (Aparelho de Raios X Odontológico). Para os demais eletromédicos regulados (Itens 01, 04, 05, 06, 09 e 13), a conformidade elétrica já é verificada pela própria ANVISA no ato da concessão da Notificação ou Registro (RDC ANVISA nº 549/2021);

10.6.1.3. A proposta readequada, o descritivo do produto ofertado e a respectiva documentação técnica e regulatória serão encaminhados à **equipe técnica para análise, que emitirá parecer escrito quanto ao atendimento das especificações e requisitos estabelecidos no Edital**.

10.6.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar, uma única vez, o prazo estabelecido no **item 10.6.1**, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes do fim do prazo.

10.6.3. Não serão aceitas declarações emitidas exclusivamente pelo licitante, catálogos elaborados especificamente para o certame, folders, prospectos ou materiais publicitários sem especificações técnicas ou quaisquer documentos que não permitam verificar objetivamente as características do equipamento ofertado.

10.6.4. Em caso de divergência entre as informações constantes na proposta comercial, nos catálogos, manuais ou fichas técnicas apresentados pelo licitante e aquelas constantes da documentação oficial apresentada pelo fabricante no processo de regularização do produto junto à ANVISA, prevalecerão as informações constantes da documentação utilizada na respectiva regularização sanitária, sem prejuízo das demais especificações exigidas no Termo de Referência.

10.6.5. A Administração poderá realizar diligências para confirmação das especificações técnicas do equipamento ofertado, mediante consulta aos sítios oficiais do fabricante, da ANVISA ou de outros órgãos competentes, podendo solicitar esclarecimentos complementares sempre que necessário.

11. DA FASE DE JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanções que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Registro Cadastral ou Registro de Sanções Administrativas do órgão licitante, se houver;
b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU) (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)
c) Relação de Apenados Pessoa Jurídica e Sócio Majoritário (https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados)
d) Pesquisa Sanções por Fornecedor Pessoa Jurídica e Sócio Majoritário (https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/aspx/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx)
e) Certidão do CGU Pessoa Jurídica e Sócio Majoritário (https://certidoes.cgu.gov.br/)
f) Consulta Certidão Negativa de Processos TCU para o Sócio Majoritário (https://certidoes.apps.tcu.gov.br/emitir-certidao-processos)

11.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

11.2. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.2.1. Será desclassificada a proposta vencedora que:
a) Contiver vícios insanáveis;
b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima dos valores definidos como referência para a contratação;
d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, **desde que insanável.**

11.2.2. No caso de contratações em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.2.2.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
a.1) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
b) Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, **no prazo de 03 (três) dias úteis**, a partir da solicitação.
b.1) Demonstrada a exequibilidade, é facultado ao pregoeiro efetuar diligência para análise do documento apresentado junto a **equipe de apoio, que emitirá o parecer por escrito, atestando a adequação dos demonstrativos e/ou documentos complementares aos termos definidos no edital.**

11.3. Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade da proposta, o pregoeiro, verificará a **documentação de habilitação do licitante** conforme disposto neste edital.

11.4. Será considerado licitante vencedor aquele que apresentar a proposta (último lance ofertado), obedecendo às condições, às especificações e aos procedimentos no edital e seus anexos, ofertando o menor valor ($) do item.

12. DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos estabelecidos neste edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante em realizar o objeto desta licitação, serão exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133, de 2021.**

12.2. Para a habilitação, todos os licitantes, inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte, **poderão** apresentar **prova de inscrição válida do SICAF e/ ou** apresentar a **documentação completa relacionada dos itens 12.3.1 a 12.3.3 acompanhado da documentação complementar item 12.4 deste edital.**

12.2.1. No que se refere ao **SICAF**, o cadastro deverá ter classificação pertinente à categoria do objeto desta licitação;

12.2.2. Se no cadastro junto ao SICAF o licitante não estiver ativo, ou se não constar algum dos documentos exigidos, se esses documentos estiverem com a validade vencida, o licitante deverá apresentar documento equivalente válido;

12.2.3. O cadastro junto ao SICAF deverá ser **acompanhado dos documentos relacionados no item 12.4 da "Documentação Complementar".**

12.3. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira serão aferidas por intermédio dos seguintes documentos:

12.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme o caso:
a) Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, nos casos de empresário individual, o enquadramento como MEI ou documento similar, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

a.1) Os documentos descritos no subitem "a" deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor;

b) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

c) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) e Licença Sanitária (Alvará Sanitário), com validade regular

12.3.1.1. **Documentos relativos à autorização para o exercício da atividade:**
a) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
b) Licença Sanitária (Alvará Sanitário), expedida pela autoridade sanitária competente, com validade regular.

Nota: A exigência acima é exclusiva aos licitantes, com melhores preços, que ofertarem para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 08, 09, 10 e 13 relacionados no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

12.3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA
a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame;
c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

c.1) Certidão de Regularidade Fiscal – Pessoa Jurídica ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, podendo ser obtida através do link: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/servicos/certidoes-e-situacao-fiscal:

c.2) Certidão Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, comprovando a regularidade relativos a ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) do domicilio ou sede do licitante.

d) Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

e) Prova de regularidade perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

e.1) A Certidão de regularidade Trabalhistas – CNDT é expedida gratuita e eletronicamente em todo o território nacional. O interessado pode requerê-la nas páginas eletrônicas do TST, do CSJT e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CNPJ.

f) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista**, mesmo que esta apresente alguma restrição. (Lei Complementar 123/06 e suas alterações);**

f.1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame**, prorrogável por igual período, a critério desta Prefeitura ou até a assinatura do contrato, nos termos do art. 42 da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, ou até a assinatura do contrato, conforme artigo 42 da LC 123/2006 e suas alterações.

f.2) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem f**.1**, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes subsequentes.

12.3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
-Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

12.4. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

12.4.1. Documentação que deverá acompanhar, obrigatoriamente, os documentos de habilitação:

a) declaração de que atende aos requisitos de habilitação exigidos neste Pregão, sendo que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, (I da lei n.º 14.133/2021);

b) sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

c) Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

d) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

e) Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei 8.213/1991;

g) Para a participação de ME e EPP, apresentar declaração de que no ano da licitação, não firmou contratos com a Administração que, somados, ultrapassem o limite de receita bruta para ME e EPP, conforme art 4º § 2º, da Lei nº 14.133/2021e art. 3º da LC nº 123/2006

h) Apresentar, pessoa física para assinar o contrato junto a Prefeitura indicando: nome, cargo, data de nascimento, endereço pessoal, e-mail institucional e pessoal, telefone, nacionalidade, estado civil, cargo, RG e CPF, de acordo com a Instrução 01/2024 e Resolução 07/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para preencher o Termo de Ciência e de Notificação.

h.1) A ausência da declaração exigida no item **"h"** não inabilitará o concorrente, porém a disponibilidade das informações está condicionada a formalização do Contrato e sua assinatura, caso declarada vencedora.

12.4.2. A falsidade da declaração de que trata os itens **"c", "d", "e" e "f"** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

12.5. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.5.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados por meio eletrônico, via Sistema BLL Compras, **apenas pelo licitante de melhor lance provisoriamente**, nos termos do inciso II, artigo 63 da Lei Federal 14.133/2021, **no prazo estabelecido no item 10.6 deste edital para documentos eletrônicos e com assinatura digital.**

12.5.1.1. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP – Brasil, nos termos da Lei Federal n.º 14.063/202, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

12.5.2. No caso de documentação em meio físico o prazo será de 02 (dois) dias úteis, a partir do comunicado do (a) pregoeiro (a) pelo "Chat", devendo ser apresentado **conforme disposto abaixo** à Av. Tranquillo Giannini, n. º 861 – Distrito Industrial Santos Dumont – Salto/SP, cep: 13.329-600, para Secretaria de Administração e Governo Digital – Divisão de Licitação, na Prefeitura Municipal de Salto/SP.

12.5.2.1. Quando necessário, os documentos à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, conforme art. 12, IV da Lei 14.133/2021 em consonância com a Lei Federal n.º 13.726/2019, inclusive autenticação digital:

12.5.2.2. A autenticação da cópia, por servidor municipal, será apenas com o cotejo do documento original, devendo apresentar o original juntamente com cópia simples do referido documento. Não será autenticado cópia de outra cópia, ainda que autenticada.

12.5.2.3. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal, art. 12, V da Lei de Licitação;

12.5.3. Havendo dúvida sobre a veracidade do documento, será exigida a apresentação dos originais não digitais.

12.5.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

12.5.5. Eventual inabilitação do licitante será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.

12.5.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.5.7. Os documentos adicionais exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 30 (trinta) minutos**, contados da convocação do pregoeiro pelo "Chat".

12.5.8. Após a vinculação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:

12.5.8.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

12.5.8.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.5.9. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.5.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

12.5.11. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes no registro cadastral**,** caso venha a utilizar para participação, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.5.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com a indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.5.13. Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documentos** em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

12.5.14. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, esta Prefeitura aceitará como válidas as expedidas até **180 (cento e oitenta) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

12.5.15. Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.5.16. É vedada a mesclagem de documentos de estabelecimentos diversos, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos em nome da matriz e, válidos para todas as suas filiais.

12.5.17. Examinada a documentação e proferida a decisão, o Pregoeiro franqueará vista eletrônica da documentação de habilitação, utilizando a opção disponibilizada no próprio sistema.

12.5.18. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecidos, acarretará a desclassificação e/ou inabilitação da licitante, bem com as sanções previstas neste edital.

13. DAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS

13.1. Por força da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, as microempresas – MEs e as empresas de pequeno porte – EPPs que tenham interesse em participar deste pregão deverão observar os procedimentos a seguir dispostos:

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame**, prorrogável por igual período, a critério desta Prefeitura ou até a assinatura do Contrato, nos termos do art. 42 da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

a.1) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem **"a"**, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

13.2. Para os **ITENS EXCLUSIVOS: 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14** – somente às empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, nos termos da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, em seu inciso I, art. 48.

13.3. Para o **ITEM COM COTA RESERVADA: 5 -** somente às empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, nos termos da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, em seu art. 48, inciso III, **sem prejuízo de sua participação na cota principal.**;

13.4. De acordo com o Decreto Municipal nº 36/2018, fica estabelecido como âmbito regional, as regiões metropolitanas de São Paulo, Sorocaba e Campinas, conforme relação das cidades anexa ao edital **(Anexo II).**

13.5. Nos termos do art. 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, fica estabelecida a prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. Proferida a decisão que declarar o vencedor, o Pregoeiro informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema (chat), que poderão interpor recurso, imediata e

motivadamente, por meio eletrônico, utilizado para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema www.bll.org.br.

14.3. O prazo para apresentação das razões recursais é **de 3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação. A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes, os quais poderão apresentar contrarrazões em igual prazo, **ou seja 03 (três) dias úteis**, contado da data de intimação, sendo assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.3.1. Caso haja interesse de vistas ao processo de licitação, o que lhe é assegurado, e considerando que se trata de um processo eletrônico, o interessado deverá solicitar acesso através do e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br, que será então gerado um link, disponibilizando acesso aos autos.

14.4. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a declaração de vencedor, sob pena de preclusão.

14.4.1. O tempo mínimo para manifestação da intenção de recurso **será de 30 (trinta) minutos**, podendo o pregoeiro dar provimento ou negar o mesmo.

14.4.2. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo **de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento dos autos.

14.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.6. Uma vez decidido os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, Secretário de Saúde, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

15. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital ou solicitar esclarecimentos, devendo protocolar o pedido no **prazo de até 3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial: www.salto.sp.gov.br – Publicações Oficiais – Licitação, no **prazo de até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação ao edital e pedido de esclarecimento poderão ser realizados, necessariamente, na forma eletrônica, via Sistema www.bll.org.br, no caso de algum impedimento técnico na plataforma, será recebido via e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br.

15.4. Acolhida à petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste certame.

16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

c) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

d) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

injustificadamente, pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d.1) deixar de apresentar amostra;

d.2) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

h) fraudar a licitação

16.2. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

16.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.3.1 advertência;

16.3.2 multa;

16.3.3 impedimento de licitar e contratar e

16.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.4. Na aplicação das sanções serão considerados os elementos previstos no art. 156, § 1º, da Lei 14.133/2021.

16.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, bem como a sanção de multa aplicada em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta, respeitarão o devido processo legal, obedecerão ao prazo de defesa previsto nos arts. 156 e seguintes, da Lei 14.133/2021.

16.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

16.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

16.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas e quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, **pelo prazo máximo de 3 (três) anos**.

16.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações, bem como pelas infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

16.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou outro instrumento hábil ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

16.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.13. Caberá recurso **no prazo de 15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no **prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento.

16.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 92, inciso VIII)

17.1. As verbas para pagamento do objeto da presente licitação, está de acordo com as dotações orçamentárias vigente abaixo, e será de responsabilidade da Prefeitura da Estância Turística de Salto:

Exercício	Ficha	Dotação	Recurso
2026	1089	02.08.01.449052.10.301.0005.2.021.95.9020002	Emenda Parlamentar
	1022	02.08.01.449052.10.301.0005.2.021.08.8040141	Emenda Impositiva
	1315	02.08.01.449052.10.301.0005.2.021.05.8000097	Emenda Parlamentar
	1316	02.08.01.449052.10.301.0005.2.021.05.8000098	Emenda Parlamentar
	1190	02.08.01.449052.10.301.0005.2.021.98.8040250	Emenda Impositiva
	1191	02.08.01.449052.10.301.0005.2.021.98.8040251	Emenda Impositiva

18. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

18.1. O prazo de vigência do contrato será até 6 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura do CONTRATO ou até a entrega total dos materiais, o que ocorrer primeiro.

18.2. A entrega dos materiais fica expressamente condicionada à efetiva disponibilidade orçamentária e financeira no exercício de 2026, eventual necessidade de conclusão de obrigações ou realização de pagamento após o encerramento do exercício financeiro, o empenho ficará como restos a pagar.

19. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO – (Art. 25, §7º)

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano vinculado a data-base do orçamento estimado, conforme Mapa de Preços da instrução processual datado de 27/10/2026. No caso de reajuste será utilizado o índice IPCA, nos termos do § 7º do art. 25 da Lei de Licitação.

19.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

19.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

19.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

19.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

19.7. O prazo para resposta do pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro será de 1(um) mês para a Administração decidir sobre o requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, conforme dispõe o art. 123, § único da Lei n.º 14.133/21.

20. DO FATURAMENTO E DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

20.1. A Contratada poderá emitir a Nota Fiscal somente após a liberação da nota de empenho e realização da entrega total do material.

20.2. O pagamento será efetuado, em até 10 (dez) dias, descontada a dezena, partir do recebimento da nota fiscal na Secretaria de Finanças, após ser devidamente atestada pelo gestor do contrato da Secretaria de Saúde, obedecendo-se a ordem cronológica de pagamento.

20.2.1. Na ocorrência de rejeição da (s) nota (s) fiscal (is) motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item acima, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação na Secretaria de Finanças.

20.3. Em caso de atraso no pagamento, deverá ser considerado atualização financeira de valor corrigido pelo IPCA/IBGE.

20.4. Nenhum pagamento antecipado será efetuado à licitante, ou enquanto pendente de qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

20.5. A contratada quando do faturamento deverá inserir na Nota Fiscal – Pregão Eletrônico nº 63/2026, Contrato _/2026, Nota de Empenho _/2026, e demais informações constantes no item .....do contrato.

20.6. Os pagamentos serão efetuados mediante transferência ou depósito em conta corrente do Contratado.

20.7. Quando da emissão da Nota Fiscal ou Fatura, a contratada deverá destacar as retenções dos impostos e contribuições sociais devidas, ou fazer menção à base legal, quando isenta ou dispensada.

21. DA SUBCONTRAÇÃO (Art. 122)

21.1. Não será permitido a subcontratação na referida contratação.

22. DA ASSINATURA DO CONTRATO

22.1. O prazo para assinatura do contrato será de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da convocação da Prefeitura pela Secretaria de Administração e Governo Digital, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções prevista na Lei de Licitação 14.133/21.

22.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1(uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

22.1.2. Será observado pela Administração as demais situações estabelecidas no Art. 90, parágrafos 2º ao 7º da Lei de Licitação, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas nos itens 22.1 e 22.1.1. deste edital

22.2. A empresa declarada vencedora deverá apresentar na assinatura do contrato:
"Declaração da empresa constando o n.º de funcionários e se superior a 100(cem), para atender o disposto na Lei Municipal n.º 3.972/2022 numa das formas estabelecidas no art. 2º do referido diploma legal".

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
23.1. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

23.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.5. A presente licitação será adjudicada, homologada, anulada ou revogada pela autoridade competente, Secretário de Saúde, nos termos do Decreto Municipal nº 59/2023 repristinado pelo 47/2025.

23.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis de expediente na Administração, de segunda a sexta-feira.

23.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.11. O Manual de operações da Plataforma BLL Compras encontra-se disponível aos interessados no Portal www.bll.org.br.

23.12. Dúvidas ou esclarecimentos adicionais sobre o uso da Plataforma BLL Compras podem ser obtidas nos canais de atendimento da Plataforma BLL Compras, por e-mail, whatsapp, telefone e chat disponíveis no Portal www.bll.org.br.

23.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal www.bll.org.br e no endereço eletrônico www.salto.sp.gov.br – Publicações Oficiais - Licitação.

23.15. O aviso da licitação e o resultado do certame será publicado na Imprensa Oficial da União, Imprensa Oficial do Estado, Imprensa Oficial Eletrônica do Município, Jornal "Folha de São Paulo" de grande circulação, no quadro de Aviso de Licitações, localizado no prédio "16 de junho" do Paço Municipal, e disponibilizado o edital e anexos, na íntegra, no site da Prefeitura: www.salto.sp.gov.br – Licitação e na Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil: www.bll.org.br.

23.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- ANEXO I – Termo de Referência (Descritivo/Quantitativo/Fornecimento dos equipamentos)
- ANEXO II – Cidades do Âmbito Regional (art. 49, II e 48 §3º da LC 123/06 e suas atualizações)
- ANEXO III – Minuta do Contrato (com todas as condições e exigências específicas do fornecimento).
- ANEXO IV – Termo de Ciência e de Notificação (Contratos)

24. DO FORO
24.1. Para todas as questões porventura suscitadas e que não sejam resolvidas por via administrativa, o Foro competente será o da Comarca de Salto.

Estância Turística de Salto/SP, 25 de novembro de 2026.

Fernando Amâncio de Camargo
Secretário de Saúde

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
(DESCRITIVO/QUANTITATIVO)

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica, com cota reservada/ampla e exclusividade para ME/EPP, para Aquisição de equipamentos odontológicos destinados à estruturação e modernização dos consultórios odontológicos da rede municipal de saúde, conforme especificações, quantidades e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, a cargo da Secretaria de Saúde.

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se nas diretrizes dos Estudos Técnicos Preliminares que demonstraram a viabilidade técnica e a necessidade de estruturação dos serviços de saúde do município.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A necessidade da contratação decorre da necessidade de estruturar, substituir, complementar e adequar os equipamentos odontológicos utilizados nos consultórios da rede municipal de saúde, de modo a manter as unidades em condições apropriadas para o desenvolvimento das atividades assistenciais. A contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade, a segurança e a qualidade dos atendimentos odontológicos prestados à população, bem como de manter e ampliar a capacidade operacional dos serviços, disponibilizando aos profissionais equipamentos adequados às atividades desenvolvidas. A aquisição será realizada com recursos provenientes de Emenda Parlamentar, Emenda Impositiva e saldo de Emenda Impositiva, conforme disponibilidade orçamentária indicada neste Termo de Referência. A aplicação desses recursos na aquisição dos equipamentos contribuirá para a melhoria das condições de trabalho, para a qualificação da assistência odontológica e para a adequada utilização dos recursos públicos destinados à saúde.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

ITEM	OBJETO	DESCRITIVO	QTD TOTAL
1	AMALGAMADOR ODONTOLÓGICO COMPLETA	**EXCLUSIVO** AMALGAMADOR ODONTOLÓGICO TIPO CAPSULAR, COM SISTEMA UNIVERSAL COMPATÍVEL COM CÁPSULAS DE AMÁLGAMA DE DIFERENTES FABRICANTES E TAMANHOS, PAINEL DIGITAL PARA PROGRAMAÇÃO DO TEMPO DE MISTURA, MEMÓRIA PARA ARMAZENAMENTO DAS PROGRAMAÇÕES, TEMPORIZADOR ELETRÔNICO, SISTEMA DE AMORTECIMENTO QUE REDUZA VIBRAÇÕES TRANSMITIDAS AO EQUIPAMENTO E À BANCADA, DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE IMPEÇA O FUNCIONAMENTO QUANDO A TAMPA ESTIVER ABERTA, CORPO CONFECCIONADO EM MATERIAL DE ELEVADA RESISTÊNCIA MECÂNICA, SUPERFÍCIE LISA DE FÁCIL LIMPEZA E DESINFECÇÃO, FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO MÍNIMA DE 4.200 OSCILAÇÕES POR MINUTO (±10%) OU ROTAÇÃO EQUIVALENTE (CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO FABRICANTE), BAIXO NÍVEL DE RUÍDO (NÍVEL DE RUÍDO COM MENOS DE 65 DB(A)), ALIMENTAÇÃO BIVOLT AUTOMÁTICA (127/220 V), POTÊNCIA COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO, REGISTRO OU CADASTRO JUNTO À ANVISA, QUANDO APLICÁVEL, EQUIPAMENTO FABRICADO POR EMPRESA REGULARIZADA PERANTE A ANVISA, COM AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA (AFE), QUANDO EXIGÍVEL PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE, CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO EMITIDO PELA ANVISA, QUANDO APLICÁVEL, MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES, COMPREENDENDO PEÇAS, MÃO DE OBRA E DESLOCAMENTO TÉCNICO SEM ÔNUS PARA A ADMINISTRAÇÃO. O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR CATÁLOGO TÉCNICO, MANUAL OU FICHA TÉCNICA OFICIAL EMITIDA PELO FABRICANTE, COMPROVANDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS.	9

2	APARELHO RX - COM AVENTAL DE CHUMBO ODONTOLÓGICO	**EXCLUSIVO** APARELHO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO, ACOMPANHADO DE AVENTAL PLUMBÍFERO ODONTOLÓGICO COM PROTETOR DE TIREOIDE, DESTINADO À REALIZAÇÃO DE EXAMES RADIOGRÁFICOS INTRAORAIS CONVENCIONAIS E DIGITAIS. EQUIPAMENTO COM COLUNA MÓVEL, BASE DE ELEVADA ESTABILIDADE, MOVIMENTAÇÃO SUAVE, PRECISA E ESTÁVEL, PERMITINDO POSICIONAMENTO SEGURO DURANTE OS EXAMES, COMPATÍVEL COM SENSORES RADIOGRÁFICOS DIGITAIS, PLACAS DE FÓSFORO (PSP) E FILMES RADIOGRÁFICOS CONVENCIONAIS. DEVERÁ POSSUIR GERADOR DE ALTA FREQUÊNCIA, PROPORCIONANDO MAIOR ESTABILIDADE DA TENSÃO APLICADA AO TUBO DE RAIOS X, MELHOR QUALIDADE DE IMAGEM, MENOR TEMPO DE EXPOSIÇÃO E REDUÇÃO DA DOSE DE RADIAÇÃO AO PACIENTE. O EQUIPAMENTO DEVERÁ OPERAR COM ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA DE 220 V – 50/60 HZ, TENSÃO NOMINAL DO TUBO DE 70 KVP, CORRENTE DO TUBO DE 7 MA OU SUPERIOR, PONTO FOCAL MÁXIMO DE 0,8 MM, FILTRAÇÃO TOTAL PERMANENTE EQUIVALENTE A, NO MÍNIMO, 2,5 MM DE ALUMÍNIO, EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE. DEVERÁ POSSUIR SISTEMA ELETRÔNICO MICROPROCESSADO PARA CONTROLE DO TEMPO DE EXPOSIÇÃO, COM SELEÇÃO DE TEMPOS ENTRE 0,06 E 3,20 SEGUNDOS, OU FAIXA EQUIVALENTE, GARANTINDO PRECISÃO, REPETIBILIDADE E REPRODUTIBILIDADE DAS EXPOSIÇÕES RADIOGRÁFICAS. O CABEÇOTE DEVERÁ POSSUIR ROTAÇÃO MÍNIMA DE 300°, PERMITINDO AMPLO POSICIONAMENTO CLÍNICO, COM BRAÇOS ARTICULADOS CONFECCIONADOS EM AÇO OU LIGA METÁLICA DE ELEVADA RESISTÊNCIA MECÂNICA, BALANCEADOS, COM MOVIMENTAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL, PROPORCIONANDO POSICIONAMENTO PRECISO E ESTÁVEL, SEM DESLOCAMENTOS INVOLUNTÁRIOS APÓS O AJUSTE. DEVERÁ POSSUIR PROTEÇÃO TÉRMICA AUTOMÁTICA DO CABEÇOTE, CÂMARA DE COMPENSAÇÃO PARA ESTABILIZAÇÃO DA PRESSÃO INTERNA, SISTEMA DE COLIMAÇÃO QUE PROPORCIONE FEIXE UNIFORME E REDUZA A RADIAÇÃO SECUNDÁRIA, PRODUZINDO IMAGENS COM QUALIDADE DIAGNÓSTICA E MINIMIZANDO A NECESSIDADE DE REPETIÇÃO DOS EXAMES. O CONTROLE REMOTO DEVERÁ POSSUIR CABO REMOVÍVEL COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 5 METROS, PERMITINDO O AFASTAMENTO SEGURO DO OPERADOR DURANTE A EXPOSIÇÃO RADIOGRÁFICA, BEM COMO SUPORTE INTEGRADO PARA ACONDICIONAMENTO DO CONTROLE JUNTO À CAIXA DE COMANDO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR CABO DE ALIMENTAÇÃO REMOVÍVEL E DE FÁCIL SUBSTITUIÇÃO, DISPENSANDO INTERVENÇÕES NO CIRCUITO INTERNO DO EQUIPAMENTO. DEVERÁ SER TOTALMENTE COMPATÍVEL COM SISTEMAS DIGITAIS DE AQUISIÇÃO DE IMAGENS, INCLUINDO SENSORES INTRAORAIS DIGITAIS E PLACAS DE FÓSFORO (PSP), SEM NECESSIDADE DE ADAPTAÇÕES, PROPORCIONANDO IMAGENS DE ALTA DEFINIÇÃO PARA DIAGNÓSTICO.O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR PROTEÇÃO CONTRA CHOQUE ELÉTRICO CLASSE I, COM PARTE APLICADA TIPO B, CONFORME NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, REGISTRO NA ANVISA COMO EQUIPAMENTO MÉDICO CLASSE III, ATENDENDO INTEGRALMENTE ÀS NORMAS TÉCNICAS E SANITÁRIAS VIGENTES APLICÁVEIS AOS EQUIPAMENTOS EMISSORES DE RADIAÇÃO IONIZANTE PARA USO ODONTOLÓGICO.O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR MANUAL DE EM PORTUGUÊS, GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, COMPREENDENDO PEÇAS, MÃO DE OBRA, DESLOCAMENTO TÉCNICO E TRANSPORTE, SEM ÔNUS PARA A ADMINISTRAÇÃO. O FABRICANTE DEVERÁ ASSEGURAR DISPONIBILIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM TERRITÓRIO NACIONAL E FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO POR PERÍODO MÍNIMO DE 10 (DEZ) ANOS APÓS A DESCONTINUAÇÃO DA FABRICAÇÃO DO EQUIPAMENTO. O AVENTAL PLUMBÍFERO DEVERÁ POSSUIR EQUIVALÊNCIA MÍNIMA DE 0,25 MMPB, CONFECCIONADO EM MATERIAL FLEXÍVEL, ACABAMENTO IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL, COM PROTETOR DE TIREOIDE INTEGRADO. O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR CATÁLOGO TÉCNICO, MANUAL OU FICHA TÉCNICA OFICIAL EMITIDA PELO FABRICANTE, COMPROVANDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, NÃO SENDO ACEITAS DECLARAÇÕES, FOLDERS OU DOCUMENTOS ELABORADOS EXCLUSIVAMENTE PELO LICITANTE PARA COMPLEMENTAR INFORMAÇÕES TÉCNICAS NÃO CONSTANTES DA DOCUMENTAÇÃO OFICIAL DO FABRICANTE. EXIGÊNCIA REGULATÓRIA: O APARELHO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO E O AVENTAL PLUMBÍFERO DEVERÃO POSSUIR REGULARIZAÇÃO VIGENTE JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), COMPROVADA MEDIANTE APRESENTAÇÃO DO NÚMERO OU PUBLICAÇÃO DO REGISTRO (CLASSE III PARA O APARELHO DE RAIOS X) E DA NOTIFICAÇÃO OU REGISTRO (PARA O AVENTAL PLUMBÍFERO), NOS TERMOS DA RDC ANVISA Nº 751/2022 E DA RDC ANVISA Nº 611/2022. O APARELHO DE RAIOS X DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE CONFORMIDADE COMPULSÓRIA NO ÂMBITO DO SISTEMA BRASILEIRO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE (INMETRO), CONFORME PORTARIA INMETRO Nº 384/2020 E INSTRUÇÃO NORMATIVA ANVISA Nº 283/2024.	2
3	AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA COM RESERVATÓRIO DE ÁGUA - 21 LITROS	**EXCLUSIVO** AUTOCLAVE DIGITAL COMPLETAMENTE AUTOMÁTICA MINIMO 21 LITROS (COM RESERVATÓRIO DE ÁGUA INCLUSO), POSSUIR PAINEL DIGITAL ALFANUMÉRICO COM TECNOLOGIA LCD (LED CUSTON DISPLAY) COM INSTRUÇÕES (INDICANDO: TEMPERATURA,TEMPO E PRESSÃO/MENSAGENS DE COMANDO E INDICAÇÕES DOS ERROS QUANDO OCASIONADOS); PRESSOSTATO DIGITAL; TERMOSTATO PARA PROTEÇÃO EM CASO DE EXCESSO DE TEMPERATURA; SISTEMA DE TRAVAMENTO DE PORTA DE FUSO EM AÇOINOX COM DUPLO ESTÁGIO+TRAVA DE SEGURANÇA TOTALIZANDO 3 ESTÁGIOS; SENSOR DE PORTA ABERTA (MICRO SWITCH) COM INDICAÇÃO NO PAINEL; DESAERAÇÃO E DESPRESSURIZAÇÃO AUTOMÁTICA; CONTROLE ELETRÔNICO QUE DESARMA O SISTEMA EM CASO DE AUMENTO DA TEMPERATURA OU PRESSÃO ACIMA DO PADRÃO; CHAVE GERAL; FUSÍVEL NA PLACA ELETRÔNICA; DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO AO FINAL DO CICLO; FILTRO PARA EVITAR ENTUPIMENTO DA VÁLVULA DE SAÍDA. ESTRUTURA EM AÇO A36.; MINIMO 04 (QUATRO) BANDEJAS EM AÇO INOX; SECAGEM DE PORTA ENTREABERTA; SECAGEM EFICIENTE; SECAGEM EXTRA; ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMATICO; POTÊNCIA: CONFIGURÁVEL PELO FABRICANTE DE 600 A 4000 WATTS; PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO: 2,5 KG/CM²; PRESSÃO 1,0 A 2,5 KGF/CM² CONFIGURÁVEL PELO FABRICANTE; ALARME DE ATE 18 NÍVEIS CONFIGURÁVEIS PELO FABRICANTE; TEMPERATURA 100° A 135°C (CONFIGURÁVEL PELO FABRICANTE); TEMPO CONFIGURÁVEL PELO FABRINCANTE; TEMPERATURA MÁXIMA 150ºC; CÂMARA DE ESTERILIZAÇÃO: AÇO INOXIDÁVEL OU INOX; ANEL DE VEDAÇÃO DA PORTA: SILICONE; SISTEMA ELETRÔNICO: MICROCONTROLADO / PROCESSADO; ABASTECIMENTO AUTOMÁTICO DE AGUA COM INDICAÇÃO DO TÉRMINO DE ÁGUA NO RESERVATÓRIO; PROTEÇÃO SOBRE PRESSÃO: VÁLVULA DE ALÍVIO/ SEGURANÇA; PROTEÇÃO SUBPRESSÃO: VÁLVULA DE ANTIVÁCUO; APRESENTAR REGISTRO NA ANVISA E CATÁLOGO DO PRODUTO. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: 12 MESES. EXIGÊNCIA REGULATÓRIA: O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR REGULARIZAÇÃO VIGENTE JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), COMPROVADA MEDIANTE APRESENTAÇÃO DO NÚMERO OU PUBLICAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO OU REGISTRO DO PRODUTO, NOS TERMOS DA RDC ANVISA Nº 751/2022.	6
4	BOMBA Á VÁCUO ODONTOLÓGICA	**EXCLUSIVO** BOMBA A VÁCUO ODONTOLÓGICA DESTINADA AO ATENDIMENTO SIMULTÂNEO DE ATÉ TRÊS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS, EQUIPADA COM FILTRO COLETOR DE DETRITOS REMOVÍVEL PARA LIMPEZA, SEPARADOR DE SÓLIDOS, LÍQUIDOS E GASES, SISTEMA DE PROTEÇÃO TÉRMICA DO MOTOR, COMANDO ELETRÔNICO, SISTEMA DE SUCÇÃO CONTÍNUA E ESTÁVEL, ADEQUADA PARA FUNCIONAMENTO CONTÍNUO DURANTE A JORNADA DE TRABALHO, BAIXO CONSUMO DE ÁGUA, POTÊNCIA MÍNIMA DE SUCÇÃO DE 450 MMHG, VAZÃO MÍNIMA DE 300 LITROS POR MINUTO, MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 2 HP, ALIMENTAÇÃO BIVOLT AUTOMÁTICA, SISTEMA DE EXAUSTÃO SILENCIOSO, PROTEÇÃO CONTRA SUPERAQUECIMENTO, MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS, ACOMPANHADA DE TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO, REGISTRO OU CADASTRO JUNTO À ANVISA, QUANDO APLICÁVEL, EQUIPAMENTO FABRICADO POR EMPRESA REGULARIZADA PERANTE A ANVISA, COM AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA (AFE), QUANDO EXIGÍVEL PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE, CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO EMITIDO PELA ANVISA, QUANDO APLICÁVEL, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES, COMPREENDENDO PEÇAS, MÃO DE OBRA E DESLOCAMENTO TÉCNICO SEM ÔNUS PARA A ADMINISTRAÇÃO. O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR CATÁLOGO TÉCNICO, MANUAL OU FICHA TÉCNICA OFICIAL EMITIDA PELO FABRICANTE, COMPROVANDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS.	2
5	CADEIRA ODONTOLÓGICA COMPLETA	**COTA** **RESERVADA** CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO COMPLETO, COMPOSTO POR CADEIRA ODONTOLÓGICA, EQUIPO ACOPLADO, REFLETOR EM LED, UNIDADE AUXILIAR E 02 (DOIS) MOCHOS, NA COR VERDE-CLARO OU OUTRA DEFINIDA PELA ADMINISTRAÇÃO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR REGISTRO OU CADASTRO JUNTO À ANVISA, QUANDO APLICÁVEL, E SER FABRICADO POR EMPRESA DEVIDAMENTE REGULARIZADA PERANTE A ANVISA, COM AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA (AFE), QUANDO EXIGÍVEL PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE, BEM COMO CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO EMITIDO PELA ANVISA, QUANDO APLICÁVEL. TODOS OS COMPONENTES DEVERÃO SER NOVOS, ORIGINAIS DE FÁBRICA, INTEGRANTES DA LINHA REGULAR DE PRODUÇÃO DO	2

		FABRICANTE, SENDO VEDADAS ADAPTAÇÕES OU MODIFICAÇÕES QUE COMPROMETAM A SEGURANÇA, O DESEMPENHO, A DURABILIDADE, A ASSISTÊNCIA TÉCNICA OU A GARANTIA DO EQUIPAMENTO. A CADEIRA ODONTOLÓGICA DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA, BASE E SISTEMA PANTOGRÁFICO CONFECCIONADOS EM AÇO ESTRUTURAL DE ELEVADA RESISTÊNCIA MECÂNICA, DIMENSIONADOS PARA SUPORTAR CARGA MÍNIMA DE 200 KG, COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, DISPENSANDO FIXAÇÃO AO PISO E GARANTINDO ESTABILIDADE DURANTE OS PROCEDIMENTOS CLÍNICOS. AS CARENAGENS DEVERÃO POSSUIR PROTEÇÃO CONTRA RADIAÇÃO ULTRAVIOLETA (UV) OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, PROPORCIONANDO MAIOR RESISTÊNCIA AO ENVELHECIMENTO DOS MATERIAIS. O SISTEMA DE ELEVAÇÃO DEVERÁ SER ELETROMECÂNICO, ACIONADO POR MOTOREDUTOR DE BAIXA TENSÃO (24 V OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE), COM MOVIMENTOS SUAVES, SILENCIOSOS E SINCRONIZADOS. A CAIXA DE LIGAÇÃO DEVERÁ PERMANECER TOTALMENTE PROTEGIDA POR CARENAGEM, RESGUARDANDO MANGUEIRAS, CONEXÕES, FILTROS E DEMAIS COMPONENTES INTERNOS CONTRA POEIRA, UMIDADE E IMPACTOS. A PLACA ELETRÔNICA DE COMANDO DEVERÁ ESTAR INSTALADA FORA DA CAIXA DE LIGAÇÃO, EM COMPARTIMENTO PROTEGIDO DA UMIDADE, PERMITINDO FÁCIL ACESSO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA. OS CABOS, MANGUEIRAS E CONEXÕES DEVERÃO POSSUIR SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO QUE EVITE DOBRAS EXCESSIVAS, TORÇÕES, ATRITOS E ESMAGAMENTOS DURANTE A MOVIMENTAÇÃO DOS COMPONENTES, CONTRIBUINDO PARA MAIOR DURABILIDADE E REDUÇÃO DAS INTERVENÇÕES DE MANUTENÇÃO. OS COMPONENTES ESTRUTURAIS E AS ARTICULAÇÕES DEVERÃO PERMITIR ACESSO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA SEM NECESSIDADE DE DESMONTAGEM INTEGRAL DO EQUIPAMENTO. A CADEIRA DEVERÁ POSSUIR BOTÃO LIGA/DESLIGA LOCALIZADO NA BASE, BRAÇO DE APOIO REBATÍVEL OU ESCAMOTEÁVEL, PEDAL MULTIFUNCIONAL TIPO JOYSTICK OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, COM ACIONAMENTO PROGRESSIVO, NO MÍNIMO TRÊS POSIÇÕES PROGRAMÁVEIS DE TRABALHO, RETORNO AUTOMÁTICO À POSIÇÃO DE ENTRADA E SAÍDA DO PACIENTE E COMANDO DOS MOVIMENTOS DA CADEIRA. O ENCOSTO DE CABEÇA DEVERÁ SER ANATÔMICO, COM REGULAGEM DE ALTURA E DESLOCAMENTO LONGITUDINAL, PERMITINDO ADEQUADO POSICIONAMENTO DE PACIENTES DE DIFERENTES ESTATURAS. A ALTURA MÍNIMA DO ASSENTO DEVERÁ SER DE, NO MÁXIMO, 320 MM EM RELAÇÃO AO PISO, FAVORECENDO O ACESSO DE CRIANÇAS, IDOSOS E PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER AMBIDESTRO E POSSUIR ESTOFAMENTO ANATÔMICO EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE, REVESTIDO EM MATERIAL IMPERMEÁVEL, SEM COSTURAS APARENTES, RESISTENTE AOS PRODUTOS UTILIZADOS NA LIMPEZA E DESINFECÇÃO E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 220 V, FREQUÊNCIA DE 50/60 HZ. O REFLETOR DEVERÁ UTILIZAR TECNOLOGIA LED, COM INTENSIDADE LUMINOSA MÍNIMA DE 35.000 LUX, REGULAGEM DE INTENSIDADE LUMINOSA, TEMPERATURA DE COR ENTRE 5.000 K E 6.500 K E ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR (IRC) IGUAL OU SUPERIOR A 90, PROPORCIONANDO ILUMINAÇÃO HOMOGÊNEA DO CAMPO OPERATÓRIO, SEM FORMAÇÃO DE SOMBRAS. DEVERÁ POSSUIR SISTEMA ÓPTICO DE ALTA EFICIÊNCIA, CAMPO LUMINOSO UNIFORME, PREFERENCIALMENTE EM FORMATO RETANGULAR OU EQUIVALENTE, CABEÇOTE COM AMPLA MOVIMENTAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL, BRAÇO ARTICULADO COM POSICIONAMENTO ESTÁVEL, VISOR FRONTAL RESISTENTE E PUXADORES REMOVÍVEIS PASSÍVEIS DE DESINFECÇÃO OU ESTERILIZAÇÃO, CONFORME ORIENTAÇÃO DO FABRICANTE. O ACIONAMENTO DEVERÁ OCORRER POR SENSOR DE PROXIMIDADE OU SISTEMA EQUIVALENTE QUE DISPENSE O CONTATO MANUAL DIRETO DURANTE OS PROCEDIMENTOS CLÍNICOS. O EQUIPO DEVERÁ SER ACOPLADO À CADEIRA, CONFECCIONADO EM ESTRUTURA METÁLICA DE ELEVADA RESISTÊNCIA MECÂNICA, COMPOSTO POR 01 SERINGA TRÍPLICE, 01 TERMINAL PARA MICROMOTOR E 01 TERMINAL PARA ALTA ROTAÇÃO, TODOS COM ACIONAMENTO PNEUMÁTICO INDIVIDUAL. O ACIONAMENTO DAS PEÇAS DE MÃO DEVERÁ OCORRER POR MEIO DE PEDAL PROGRESSIVO. A SERINGA TRÍPLICE DEVERÁ POSSUIR BICO REMOVÍVEL E AUTOCLAVÁVEL. AS MANGUEIRAS DEVERÃO SER LEVES, FLEXÍVEIS, RESISTENTES AO RESSECAMENTO E ÀS DEFORMAÇÕES DECORRENTES DO USO CONTÍNUO. O TAMPO DEVERÁ SER REMOVÍVEL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL DE DESEMPENHO EQUIVALENTE, PERMITINDO ADEQUADA HIGIENIZAÇÃO, E POSSUIR PUXADOR BILATERAL. A UNIDADE AUXILIAR DEVERÁ POSSUIR CUBA PROFUNDA EM CERÂMICA VITRIFICADA, REMOVÍVEL PARA HIGIENIZAÇÃO, COM RALO E FILTRO PARA RETENÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, COBERTURA PARA REDUÇÃO DE RESPINGOS, SISTEMA DE REGULAGEM DA VAZÃO DE ÁGUA E RESERVATÓRIO TRANSLÚCIDO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1.000 ML PARA ALIMENTAÇÃO DAS PEÇAS DE MÃO E DA SERINGA TRÍPLICE. A UNIDADE DE ÁGUA DEVERÁ POSSUIR CUBA REBATÍVEL EM 90°, 01 TERMINAL VENTURI E 01 TERMINAL PARA BOMBA A VÁCUO INTEGRADOS DE FÁBRICA, NÃO SENDO ACEITOS KITS OU ADAPTAÇÕES POSTERIORMENTE INSTALADOS. DEVERÁ POSSUIR FILTRO COLETOR DE DETRITOS DE FÁCIL ACESSO, TUBULAÇÕES RESISTENTES AO ACÚMULO DE BIOFILME E COMPONENTES QUE PERMITAM FÁCIL HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA. O CONJUNTO DEVERÁ ACOMPANHAR 02 (DOIS) MOCHOS ERGONÔMICOS, COM ENCOSTO ANATÔMICO, ESTOFAMENTO EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE REVESTIDO EM MATERIAL IMPERMEÁVEL, RESISTENTE AOS PRODUTOS UTILIZADOS NA LIMPEZA E DESINFECÇÃO, ACABAMENTO LISO COM CANTOS ARREDONDADOS, REGULAGEM PNEUMÁTICA DE ALTURA, REGULAGEM HORIZONTAL DO ENCOSTO, BASE COM CINCO RODÍZIOS DE ALTA RESISTÊNCIA E CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 110 KG, NA MESMA COR DA CADEIRA. TODOS OS EQUIPAMENTOS DEVERÃO POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, ABRANGENDO PEÇAS, MÃO DE OBRA, DESLOCAMENTO TÉCNICO E TRANSPORTE, SEM ÔNUS PARA A ADMINISTRAÇÃO. O FORNECEDOR DEVERÁ ASSEGURAR ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM TERRITÓRIO NACIONAL E DISPONIBILIDADE DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO. O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR CATÁLOGO TÉCNICO, MANUAL OU FICHA TÉCNICA OFICIAL EMITIDA PELO FABRICANTE, COMPROVANDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, NÃO SENDO ACEITAS DECLARAÇÕES PRODUZIDAS EXCLUSIVAMENTE PELO LICITANTE PARA COMPLEMENTAR INFORMAÇÕES AUSENTES NA DOCUMENTAÇÃO OFICIAL DO FABRICANTE. EXIGÊNCIA REGULATÓRIA: O CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO (CONJUNTO COMPOSTO POR CADEIRA, EQUIPO, REFLETOR E UNIDADE AUXILIAR) DEVERÁ POSSUIR REGULARIZAÇÃO VIGENTE JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), COMPROVADA MEDIANTE APRESENTAÇÃO DO NÚMERO OU PUBLICAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO OU REGISTRO DO PRODUTO, NOS TERMOS DA RDC ANVISA Nº 751/2022.	
6	CADEIRA ODONTOLÓGICA COMPLETA	**PRINCIPAL** CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO COMPLETO, COMPOSTO POR CADEIRA ODONTOLÓGICA, EQUIPO ACOPLADO, REFLETOR EM LED, UNIDADE AUXILIAR E 02 (DOIS) MOCHOS, NA COR VERDE-CLARO OU OUTRA DEFINIDA PELA ADMINISTRAÇÃO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR REGISTRO OU CADASTRO JUNTO À ANVISA, QUANDO APLICÁVEL, E SER FABRICADO POR EMPRESA DEVIDAMENTE REGULARIZADA PERANTE A ANVISA, COM AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA (AFE), QUANDO EXIGÍVEL PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE, BEM COMO CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO EMITIDO PELA ANVISA, QUANDO APLICÁVEL. TODOS OS COMPONENTES DEVERÃO SER NOVOS, ORIGINAIS DE FÁBRICA, INTEGRANTES DA LINHA REGULAR DE PRODUÇÃO DO FABRICANTE, SENDO VEDADAS ADAPTAÇÕES OU MODIFICAÇÕES QUE COMPROMETAM A SEGURANÇA, O DESEMPENHO, A DURABILIDADE, A ASSISTÊNCIA TÉCNICA OU A GARANTIA DO EQUIPAMENTO. A CADEIRA ODONTOLÓGICA DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA, BASE E SISTEMA PANTOGRÁFICO CONFECCIONADOS EM AÇO ESTRUTURAL DE ELEVADA RESISTÊNCIA MECÂNICA, DIMENSIONADOS PARA SUPORTAR CARGA MÍNIMA DE 200 KG, COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, DISPENSANDO FIXAÇÃO AO PISO E GARANTINDO ESTABILIDADE DURANTE OS PROCEDIMENTOS CLÍNICOS. AS CARENAGENS DEVERÃO POSSUIR PROTEÇÃO CONTRA RADIAÇÃO ULTRAVIOLETA (UV) OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, PROPORCIONANDO MAIOR RESISTÊNCIA AO ENVELHECIMENTO DOS MATERIAIS. O SISTEMA DE ELEVAÇÃO DEVERÁ SER ELETROMECÂNICO, ACIONADO POR MOTOREDUTOR DE BAIXA TENSÃO (24 V OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE), COM MOVIMENTOS SUAVES, SILENCIOSOS E SINCRONIZADOS. A CAIXA DE LIGAÇÃO DEVERÁ PERMANECER TOTALMENTE PROTEGIDA POR CARENAGEM, RESGUARDANDO MANGUEIRAS, CONEXÕES, FILTROS E DEMAIS COMPONENTES INTERNOS CONTRA POEIRA, UMIDADE E IMPACTOS. A PLACA ELETRÔNICA DE COMANDO DEVERÁ ESTAR INSTALADA FORA DA CAIXA DE LIGAÇÃO, EM COMPARTIMENTO PROTEGIDO DA UMIDADE, PERMITINDO FÁCIL ACESSO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA. OS CABOS, MANGUEIRAS E CONEXÕES DEVERÃO POSSUIR SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO QUE EVITE DOBRAS EXCESSIVAS, TORÇÕES, ATRITOS E ESMAGAMENTOS DURANTE A MOVIMENTAÇÃO DOS COMPONENTES, CONTRIBUINDO PARA MAIOR DURABILIDADE E REDUÇÃO DAS INTERVENÇÕES DE MANUTENÇÃO. OS COMPONENTES ESTRUTURAIS E AS ARTICULAÇÕES DEVERÃO PERMITIR ACESSO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA SEM NECESSIDADE DE DESMONTAGEM INTEGRAL DO EQUIPAMENTO. A CADEIRA DEVERÁ POSSUIR BOTÃO LIGA/DESLIGA LOCALIZADO NA BASE, BRAÇO DE APOIO REBATÍVEL OU ESCAMOTEÁVEL, PEDAL MULTIFUNCIONAL TIPO JOYSTICK OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, COM ACIONAMENTO PROGRESSIVO, NO MÍNIMO TRÊS POSIÇÕES PROGRAMÁVEIS DE TRABALHO, RETORNO AUTOMÁTICO À POSIÇÃO DE ENTRADA E SAÍDA DO PACIENTE E COMANDO DOS MOVIMENTOS DA CADEIRA.	9

		O ENCOSTO DE CABEÇA DEVERÁ SER ANATÔMICO, COM REGULAGEM DE ALTURA E DESLOCAMENTO LONGITUDINAL, PERMITINDO ADEQUADO POSICIONAMENTO DE PACIENTES DE DIFERENTES ESTATURAS. A ALTURA MÍNIMA DO ASSENTO DEVERÁ SER DE, NO MÁXIMO, 320 MM EM RELAÇÃO AO PISO, FAVORECENDO O ACESSO DE CRIANÇAS, IDOSOS E PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER AMBIDESTRO E POSSUIR ESTOFAMENTO ANATÔMICO EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE, REVESTIDO EM MATERIAL IMPERMEÁVEL, SEM COSTURAS APARENTES, RESISTENTE AOS PRODUTOS UTILIZADOS NA LIMPEZA E DESINFECÇÃO E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 220 V, FREQUÊNCIA DE 50/60 HZ. O REFLETOR DEVERÁ UTILIZAR TECNOLOGIA LED, COM INTENSIDADE LUMINOSA MÍNIMA DE 35.000 LUX, REGULAGEM DE INTENSIDADE LUMINOSA, TEMPERATURA DE COR ENTRE 5.000 K E 6.500 K E ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR (IRC) IGUAL OU SUPERIOR A 90, PROPORCIONANDO ILUMINAÇÃO HOMOGÊNEA DO CAMPO OPERATÓRIO, SEM FORMAÇÃO DE SOMBRAS. DEVERÁ POSSUIR SISTEMA ÓPTICO DE ALTA EFICIÊNCIA, CAMPO LUMINOSO UNIFORME, PREFERENCIALMENTE EM FORMATO RETANGULAR OU EQUIVALENTE, CABEÇOTE COM AMPLA MOVIMENTAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL, BRAÇO ARTICULADO COM POSICIONAMENTO ESTÁVEL, VISOR FRONTAL RESISTENTE E PUXADORES REMOVÍVEIS PASSÍVEIS DE DESINFECÇÃO OU ESTERILIZAÇÃO, CONFORME ORIENTAÇÃO DO FABRICANTE. O ACIONAMENTO DEVERÁ OCORRER POR SENSOR DE PROXIMIDADE OU SISTEMA EQUIVALENTE QUE DISPENSE O CONTATO MANUAL DIRETO DURANTE OS PROCEDIMENTOS CLÍNICOS. O EQUIPO DEVERÁ SER ACOPLADO À CADEIRA, CONFECCIONADO EM ESTRUTURA METÁLICA DE ELEVADA RESISTÊNCIA MECÂNICA, COMPOSTO POR 01 SERINGA TRÍPLICE, 01 TERMINAL PARA MICROMOTOR E 01 TERMINAL PARA ALTA ROTAÇÃO, TODOS COM ACIONAMENTO PNEUMÁTICO INDIVIDUAL. O ACIONAMENTO DAS PEÇAS DE MÃO DEVERÁ OCORRER POR MEIO DE PEDAL PROGRESSIVO. A SERINGA TRÍPLICE DEVERÁ POSSUIR BICO REMOVÍVEL E AUTOCLAVÁVEL. AS MANGUEIRAS DEVERÃO SER LEVES, FLEXÍVEIS, RESISTENTES AO RESSECAMENTO E ÀS DEFORMAÇÕES DECORRENTES DO USO CONTÍNUO. O TAMPO DEVERÁ SER REMOVÍVEL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL DE DESEMPENHO EQUIVALENTE, PERMITINDO ADEQUADA HIGIENIZAÇÃO, E POSSUIR PUXADOR BILATERAL. A UNIDADE AUXILIAR DEVERÁ POSSUIR CUBA PROFUNDA EM CERÂMICA VITRIFICADA, REMOVÍVEL PARA HIGIENIZAÇÃO, COM RALO E FILTRO PARA RETENÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, COBERTURA PARA REDUÇÃO DE RESPINGOS, SISTEMA DE REGULAGEM DA VAZÃO DE ÁGUA E RESERVATÓRIO TRANSLÚCIDO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1.000 ML PARA ALIMENTAÇÃO DAS PEÇAS DE MÃO E DA SERINGA TRÍPLICE. A UNIDADE DE ÁGUA DEVERÁ POSSUIR CUBA REBATÍVEL EM 90°, 01 TERMINAL VENTURI E 01 TERMINAL PARA BOMBA A VÁCUO INTEGRADOS DE FÁBRICA, NÃO SENDO ACEITOS KITS OU ADAPTAÇÕES POSTERIORMENTE INSTALADOS. DEVERÁ POSSUIR FILTRO COLETOR DE DETRITOS DE FÁCIL ACESSO, TUBULAÇÕES RESISTENTES AO ACÚMULO DE BIOFILME E COMPONENTES QUE PERMITAM FÁCIL HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA. O CONJUNTO DEVERÁ ACOMPANHAR 02 (DOIS) MOCHOS ERGONÔMICOS, COM ENCOSTO ANATÔMICO, ESTOFAMENTO EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE REVESTIDO EM MATERIAL IMPERMEÁVEL, RESISTENTE AOS PRODUTOS UTILIZADOS NA LIMPEZA E DESINFECÇÃO, ACABAMENTO LISO COM CANTOS ARREDONDADOS, REGULAGEM PNEUMÁTICA DE ALTURA, REGULAGEM HORIZONTAL DO ENCOSTO, BASE COM CINCO RODÍZIOS DE ALTA RESISTÊNCIA E CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 110 KG, NA MESMA COR DA CADEIRA. TODOS OS EQUIPAMENTOS DEVERÃO POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, ABRANGENDO PEÇAS, MÃO DE OBRA, DESLOCAMENTO TÉCNICO E TRANSPORTE, SEM ÔNUS PARA A ADMINISTRAÇÃO. O FORNECEDOR DEVERÁ ASSEGURAR ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM TERRITÓRIO NACIONAL E DISPONIBILIDADE DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO. O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR CATÁLOGO TÉCNICO, MANUAL OU FICHA TÉCNICA OFICIAL EMITIDA PELO FABRICANTE, COMPROVANDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, NÃO SENDO ACEITAS DECLARAÇÕES PRODUZIDAS EXCLUSIVAMENTE PELO LICITANTE PARA COMPLEMENTAR INFORMAÇÕES AUSENTES NA DOCUMENTAÇÃO OFICIAL DO FABRICANTE. EXIGÊNCIA REGULATÓRIA: O CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO (CONJUNTO COMPOSTO POR CADEIRA, EQUIPO, REFLETOR E UNIDADE AUXILIAR) DEVERÁ POSSUIR REGULARIZAÇÃO VIGENTE JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), COMPROVADA MEDIANTE APRESENTAÇÃO DO NÚMERO OU PUBLICAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO OU REGISTRO DO PRODUTO, NOS TERMOS DA RDC ANVISA Nº 751/2022.	
7	COMPRESSOR ODONTOLÓGICO	**EXCLUSIVO** COMPRESSOR DE AR ODONTOLÓGICO, ISENTO DE ÓLEO, DESTINADO AO ATENDIMENTO SIMULTÂNEO DE ATÉ 04 (QUATRO) CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 2,3 HP, RESERVATÓRIO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 65 LITROS, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA MONOFÁSICA 220 V, FREQUÊNCIA DE 50/60 HZ, DESLOCAMENTO TEÓRICO MÍNIMO DE 340 LITROS POR MINUTO (12 PCM), ROTAÇÃO MÁXIMA DE 1.750 RPM, PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO DE 120 PSI (8,3 BAR) E NÍVEL MÁXIMO DE RUÍDO DE 68 DB(A), MEDIDO A UM METRO DE DISTÂNCIA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER DIMENSIONADO PARA FUNCIONAMENTO CONTÍNUO EM AMBIENTE ODONTOLÓGICO, MANTENDO VAZÃO, PRESSÃO E DESEMPENHO COMPATÍVEIS COM A OPERAÇÃO SIMULTÂNEA DOS CONSULTÓRIOS, SEM PERDA DE RENDIMENTO DURANTE O USO. O RESERVATÓRIO DEVERÁ SER FABRICADO EM CONFORMIDADE COM A NORMA REGULAMENTADORA NR-13, POSSUIR TRATAMENTO ANTICORROSIVO INTERNO E EXTERNO, PINTURA DE PROTEÇÃO ANTICORROSIVA, SISTEMA DE DRENAGEM POR PURGADOR OU REGISTRO DE FÁCIL ACESSO PARA REMOÇÃO DOS LÍQUIDOS CONDENSADOS E SER ACOMPANHADO DO RESPECTIVO TESTE HIDROSTÁTICO EMITIDO PELO FABRICANTE. O SISTEMA COMPRESSOR DEVERÁ OPERAR POR PISTÕES ISENTOS DE ÓLEO, POSSUIR CABEÇOTE CONFECCIONADO EM LIGA METÁLICA DE ELEVADA RESISTÊNCIA MECÂNICA E À CORROSÃO, ANÉIS DE PISTÃO EM PTFE OU MATERIAL DE DESEMPENHO EQUIVALENTE, FILTRO DE ADMISSÃO DE AR SUBSTITUÍVEL E SISTEMA DE VENTILAÇÃO OU REFRIGERAÇÃO QUE FAVOREÇA A DISSIPAÇÃO TÉRMICA DOS COMPONENTES, CONTRIBUINDO PARA MAIOR VIDA ÚTIL DO EQUIPAMENTO.DEVERÁ POSSUIR PRESSOSTATO AUTOMÁTICO COM CHAVE GERAL LIGA/DESLIGA, VÁLVULA DE SEGURANÇA CONTRA SOBREPRESSÃO, VÁLVULA DE RETENÇÃO, SISTEMA AUTOMÁTICO DE DESPRESSURIZAÇÃO DOS CABEÇOTES OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, PROTEÇÃO TÉRMICA CONTRA SUPERAQUECIMENTO, REGULADOR DE PRESSÃO DE SAÍDA, FILTRO REGULADOR DE AR COMPATÍVEL COM USO ODONTOLÓGICO, FILTRO DE ENTRADA DE AR SUBSTITUÍVEL, DOIS MANÔMETROS INDEPENDENTES, SENDO UM DESTINADO AO MONITORAMENTO DA PRESSÃO INTERNA DO RESERVATÓRIO E OUTRO DA PRESSÃO DE SAÍDA DO AR COMPRIMIDO. OS COMPONENTES INTERNOS DEVERÃO SER ORGANIZADOS DE FORMA A PERMITIR FÁCIL ACESSO PARA INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, POSSIBILITANDO A SUBSTITUIÇÃO INDIVIDUALIZADA DOS COMPONENTES SUJEITOS A DESGASTE NATURAL, SEM NECESSIDADE DE DESMONTAGEM INTEGRAL DO EQUIPAMENTO. O COMPRESSOR DEVERÁ APRESENTAR BAIXO NÍVEL DE VIBRAÇÃO, FUNCIONAMENTO SILENCIOSO E DESEMPENHO ESTÁVEL DURANTE O USO CONTÍNUO, PROPORCIONANDO FORNECIMENTO DE AR COMPRIMIDO LIMPO, SECO E ISENTO DE ÓLEO, ADEQUADO PARA UTILIZAÇÃO EM EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À SUA COMPLETA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO, MANUAL DE INSTRUÇÕES EM LÍNGUA PORTUGUESA E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, ABRANGENDO PEÇAS, MÃO DE OBRA, DESLOCAMENTO TÉCNICO E TRANSPORTE, SEM ÔNUS PARA A ADMINISTRAÇÃO. O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR CATÁLOGO TÉCNICO, MANUAL OU FICHA TÉCNICA OFICIAL EMITIDA PELO FABRICANTE, COMPROVANDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, NÃO SENDO ACEITAS DECLARAÇÕES PRODUZIDAS EXCLUSIVAMENTE PELO LICITANTE PARA COMPLEMENTAR INFORMAÇÕES AUSENTES NA DOCUMENTAÇÃO OFICIAL DO FABRICANTE. ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO: EQUIPAMENTO DE INFRAESTRUTURA E APOIO DISPENSADO DE REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO PERANTE A ANVISA, SENDO EXIGIDA EXCLUSIVAMENTE A CONFORMIDADE DO RESERVATÓRIO COM A NORMA REGULAMENTADORA NR-13 E A APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO/LAUDO DE TESTE HIDROSTÁTICO EMITIDO PELO FABRICANTE.	2
8	DESTILADOR DE ÁGUA	**EXCLUSIVO** DESTILADOR DE ÁGUA DESTINADO À PRODUÇÃO DE ÁGUA DESTILADA PARA ABASTECIMENTO DE AUTOCLAVES A VAPOR E DEMAIS APLICAÇÕES QUE REQUEIRAM ÁGUA DESTILADA. EQUIPAMENTO COM RESERVATÓRIO INTERNO EM AÇO INOXIDÁVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 4 LITROS, RESERVATÓRIO EXTERNO PARA COLETA DA ÁGUA DESTILADA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 4 LITROS, ABASTECIMENTO MANUAL, DISPENSANDO INSTALAÇÃO HIDRÁULICA, CAPACIDADE MÍNIMA DE DESTILAÇÃO DE 1 LITRO POR HORA, SISTEMA DE DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO AO TÉRMINO DO CICLO OU NA AUSÊNCIA DE ÁGUA, PROTEÇÃO TÉRMICA CONTRA SUPERAQUECIMENTO, TERMOSTATO DE SEGURANÇA COM REARME AUTOMÁTICO OU EQUIVALENTE, RESISTÊNCIA DE ELEVADA DURABILIDADE, INDICADOR LUMINOSO DE FUNCIONAMENTO, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 127 V, POTÊNCIA APROXIMADA DE 750 W, MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES, COMPREENDENDO	4

		PEÇAS, MÃO DE OBRA E DESLOCAMENTO TÉCNICO SEM ÔNUS PARA A ADMINISTRAÇÃO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR REGISTRO OU CADASTRO JUNTO À ANVISA, QUANDO APLICÁVEL. O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR CATÁLOGO TÉCNICO, MANUAL OU FICHA TÉCNICA OFICIAL EMITIDA PELO FABRICANTE, COMPROVANDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS.	
9	FOTÓFORO	**EXCLUSIVO** FOTÓFORO CLÍNICO PORTÁTIL PARA USO ODONTOLÓGICO, DESTINADO AO ATENDIMENTO CLÍNICO EM CONSULTÓRIOS E AÇÕES EXTRAMUROS, ESPECIALMENTE EM ATIVIDADES DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE) E PROCEDIMENTOS DE MÍNIMA INTERVENÇÃO. EQUIPAMENTO DOTADO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO EM LED DE ALTA EFICIÊNCIA, COM INTENSIDADE LUMINOSA MÍNIMA DE 50.000 LUX, TEMPERATURA DE COR ENTRE 5.000 K E 6.500 K, ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR (IRC) MÍNIMO DE 90, PROPORCIONANDO EXCELENTE REPRODUÇÃO DAS CORES DOS TECIDOS DENTÁRIOS E ADEQUADA VISUALIZAÇÃO DE LESÕES CARIOSAS, TRINCAS, ALTERAÇÕES DE ESMALTE E INTERFACES RESTAURADORAS. DEVERÁ POSSUIR FOCO AJUSTÁVEL COM DIÂMETRO APROXIMADO ENTRE 20 E 90 MM, ILUMINAÇÃO UNIFORME EM TODO O CAMPO OPERATÓRIO, SEM FORMAÇÃO DE SOMBRAS OU VARIAÇÕES PERCEPTÍVEIS DE INTENSIDADE LUMINOSA, AJUSTE DA INTENSIDADE DA LUZ, CABEÇOTE ARTICULADO PARA DIRECIONAMENTO PRECISO DO FEIXE LUMINOSO, ILUMINADOR FRONTAL COM PESO MÁXIMO DE 80 G, PROPORCIONANDO CONFORTO ERGONÔMICO DURANTE USO PROLONGADO, FONTE LUMINOSA EM LED COM VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 20.000 HORAS, BATERIA RECARREGÁVEL DE ÍONS DE LÍTIO COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 4 HORAS EM USO CONTÍNUO NA POTÊNCIA CLÍNICA HABITUAL, INDICADOR DO NÍVEL DE CARGA DA BATERIA, CARREGADOR BIVOLT AUTOMÁTICO (100–240 V, 50/60 HZ), ACOMPANHADO DE BATERIA, CARREGADOR, SUPORTE PARA BATERIA E TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO PERFEITO FUNCIONAMENTO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES, COMPREENDENDO PEÇAS, MÃO DE OBRA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA. O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR CATÁLOGO TÉCNICO OU FICHA TÉCNICA OFICIAL EMITIDA PELO FABRICANTE, COMPROVANDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES exigidas. EXIGÊNCIA REGULATÓRIA: O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR REGULARIZAÇÃO VIGENTE JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), COMPROVADA MEDIANTE APRESENTAÇÃO DO NÚMERO OU PUBLICAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO OU REGISTRO DO PRODUTO, NOS TERMOS DA RDC ANVISA Nº 751/2022.	7
10	FOTOPOLIMERIZADOR	**EXCLUSIVO** FOTOPOLIMERIZADOR ODONTOLÓGICO COM TECNOLOGIA LED DE ALTA POTÊNCIA, INTENSIDADE LUMINOSA MÍNIMA DE 1.250 MW/CM², SEM FIO, COMPOSTO POR CANETA APLICADORA, BASE CARREGADORA E FONTE DE ALIMENTAÇÃO, ACOMPANHADO DE DUAS PONTEIRAS PARA FOTOPOLIMERIZAÇÃO (INDIVIDUAL E PARA MÚLTIPLOS DENTES), PROTETOR OCULAR, DISPLAY DIGITAL, PROFUNDIDADE MÍNIMA DE POLIMERIZAÇÃO DE 6 MM, EMISSÃO DE SINAL SONORO INDICATIVO DO TÉRMINO DO CICLO, COMPRIMENTO DE ONDA ENTRE 420 E 480 NM, INTENSIDADE LUMINOSA CONSTANTE DURANTE TODO O CICLO DE FOTOPOLIMERIZAÇÃO, MODOS DE OPERAÇÃO CONTÍNUO E DE ALTA INTENSIDADE, PONTEIRA CONFECCIONADA EM FIBRA ÓPTICA AUTOCLAVÁVEL, BATERIA RECARREGÁVEL COM SISTEMA ELETRÔNICO DE PROTEÇÃO E INDICADOR DE CARGA, ALIMENTAÇÃO BIVOLT AUTOMÁTICA, MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS, REGISTRO OU CADASTRO JUNTO À ANVISA, QUANDO APLICÁVEL, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES, COMPREENDENDO PEÇAS, MÃO DE OBRA E DESLOCAMENTO TÉCNICO SEM ÔNUS PARA A ADMINISTRAÇÃO. O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR CATÁLOGO TÉCNICO, MANUAL OU FICHA TÉCNICA OFICIAL EMITIDA PELO FABRICANTE, COMPROVANDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS. EXIGÊNCIA REGULATÓRIA: O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR REGULARIZAÇÃO VIGENTE JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), COMPROVADA MEDIANTE APRESENTAÇÃO DO NÚMERO OU PUBLICAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO OU REGISTRO DO PRODUTO, NOS TERMOS DA RDC ANVISA Nº 751/2022.	10
11	LAVADORA ULTRASSÔNICA ATÉ 15 LITROS	**EXCLUSIVO** LAVADORA ULTRASSÔNICA PARA LIMPEZA DE INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS, DESTINADA À LIMPEZA AUTOMATIZADA DE DISPOSITIVOS MÉDICOS REUTILIZÁVEIS, EM CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS APLICÁVEIS DA RDC ANVISA Nº 1.002/2025 E DEMAIS NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR CAPACIDADE ÚTIL MÍNIMA DE 15 LITROS, TANQUE CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 OU MATERIAL DE DESEMPENHO EQUIVALENTE, RESISTENTE À CORROSÃO, COM CANTOS INTERNOS ARREDONDADOS OU CONFIGURAÇÃO QUE FAVOREÇA A HIGIENIZAÇÃO, TAMPA ARTICULADA OU REMOVÍVEL E CESTO PERFURADO EM AÇO INOXIDÁVEL COMPATÍVEL COM A CAPACIDADE DO EQUIPAMENTO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ OPERAR POR TECNOLOGIA DE CAVITAÇÃO ULTRASSÔNICA, COM FREQUÊNCIA DE TRABALHO ENTRE 35 KHZ E 45 KHZ, FIXA OU CONTROLADA ELETRONICAMENTE, COM POTÊNCIA ULTRASSÔNICA COMPATÍVEL COM O VOLUME ÚTIL DA CUBA E SISTEMA DE TRANSDUTORES DIMENSIONADO E DISTRIBUÍDO DE MODO A PROPORCIONAR LIMPEZA HOMOGÊNEA DOS INSTRUMENTAIS, CONFORME CAPACIDADE E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO ESTABELECIDAS PELO FABRICANTE. DEVERÁ POSSUIR SISTEMA DE AQUECIMENTO DA SOLUÇÃO COM CONTROLE DE TEMPERATURA, COM FAIXA DE REGULAGEM QUE CONTEMPLE, NO MÍNIMO, TEMPERATURAS ENTRE 30 °C E 60 °C, OU FAIXA SUPERIOR, TEMPORIZADOR ELETRÔNICO PROGRAMÁVEL DE, NO MÍNIMO, 1 A 30 MINUTOS, PAINEL DE FÁCIL OPERAÇÃO, INDICAÇÃO DO TEMPO E DA TEMPERATURA PROGRAMADOS E DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO AO TÉRMINO DO CICLO. O TANQUE DEVERÁ POSSUIR SISTEMA DE DRENAGEM POR VÁLVULA OU REGISTRO DE FÁCIL ACIONAMENTO, CONFECCIONADO EM MATERIAL RESISTENTE À CORROSÃO, PERMITINDO O ESVAZIAMENTO DA SOLUÇÃO SEM NECESSIDADE DE INCLINAÇÃO OU BASCULAMENTO DO EQUIPAMENTO. A TAMPA DEVERÁ PROPORCIONAR FECHAMENTO ADEQUADO DURANTE A OPERAÇÃO, CONTRIBUINDO PARA REDUÇÃO DA DISPERSÃO DE AEROSSÓIS E DO RUÍDO DURANTE O FUNCIONAMENTO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA SUPERAQUECIMENTO E FALHAS ELÉTRICAS, CONFORME PROJETO E ESPECIFICAÇÕES DO FABRICANTE, PÉS OU APOIOS ANTIDERRAPANTES, ESTABILIDADE DURANTE A OPERAÇÃO E NÍVEL DE RUÍDO E VIBRAÇÃO COMPATÍVEIS COM SUA UTILIZAÇÃO EM AMBIENTE ASSISTENCIAL. DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM DETERGENTES DESTINADOS À LIMPEZA DE DISPOSITIVOS MÉDICOS EM EQUIPAMENTOS ULTRASSÔNICOS, DEVENDO SUA UTILIZAÇÃO OBSERVAR AS INSTRUÇÕES DE USO DO FABRICANTE DO DETERGENTE E DO EQUIPAMENTO. DEVERÁ POSSIBILITAR A LIMPEZA AUTOMATIZADA DE INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS REUTILIZÁVEIS COMPATÍVEIS COM ESSE MÉTODO DE PROCESSAMENTO, OBSERVADAS AS INSTRUÇÕES DOS RESPECTIVOS FABRICANTES E A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE. A ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA DEVERÁ SER 220 V, 50/60 HZ. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR REGISTRO, CADASTRO OU NOTIFICAÇÃO VÁLIDA JUNTO À ANVISA, QUANDO APLICÁVEL AO SEU ENQUADRAMENTO SANITÁRIO, E ATENDER ÀS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS E SANITÁRIAS APLICÁVEIS. DEVERÃO ACOMPANHAR O EQUIPAMENTO, NO MÍNIMO, TAMPA, CESTO PERFURADO EM AÇO INOXIDÁVEL, CABO DE ALIMENTAÇÃO, MANUAL DE INSTRUÇÕES EM LÍNGUA PORTUGUESA E TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO SEU PLENO FUNCIONAMENTO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, COMPREENDENDO PEÇAS, MÃO DE OBRA E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. EXIGÊNCIA REGULATÓRIA: O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR REGULARIZAÇÃO VIGENTE JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), COMPROVADA MEDIANTE APRESENTAÇÃO DO NÚMERO OU PUBLICAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO OU REGISTRO DO PRODUTO, NOS TERMOS DA RDC ANVISA Nº 751/2022 E DA RDC ANVISA Nº 1.002/2025.	3
12	MOCHO ODONTOLÓGICO	**EXCLUSIVO** MOCHO COM ENCOSTO ANATÔMICO VERDE CLARO, ACABAMENTO LISO E CANTOS ARREDONDADOS.; ESTOFAMENTO EM MATERIAL RÍGIDO E RESISTENTE, BASE COM 5 RODÍZIOS DE POLIAMIDA, COM AJUSTE DE ALTURA (AJUSTE DE ALTURA ENTRE 41 E 52 CM). ASSENTO COM SISTEMA CENTRAL DE ELEVAÇÃO DO ASSENTO A GÁS ATRAVÉS DE ALAVANCA LATERAL, REGULAGEM HORIZONTAL DO ENCOSTO POR MEIO DO MANÍPULO DE FIXAÇÃO. CAPACIDADE DE CARGA: 110 KG NO MÍNIMO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	7
13	SELADORA DE PEDAL PARA PAPEL GRAU CIRÚRGICO	**EXCLUSIVO** SELADORA DE PEDAL PARA PAPEL GRAU CIRÚRGICO, BIVOLT AUTOMÁTICO, ÁREA ÚTIL MÍNIMA DE SELAGEM DE 420 MM, ACIONAMENTO POR PEDAL MECÂNICO, DESTINADA À SELAGEM DE EMBALAGENS PARA ESTERILIZAÇÃO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME LAMINADO. EQUIPAMENTO CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO COM PINTURA ELETROSTÁTICA OU AÇO INOXIDÁVEL, DOTADO DE MESA DE APOIO COM REGULAGEM DE ALTURA. DEVERÁ POSSUIR BARRA DE SELAGEM COM LARGURA MÍNIMA DE 10 MM, PROPORCIONANDO SELAGEM CONTÍNUA, UNIFORME E ÍNTEGRA EM TODA A EXTENSÃO DA EMBALAGEM, SEM FALHAS, RUGAS OU ÁREAS SEM ADERÊNCIA. SISTEMA DE AQUECIMENTO POR RESISTÊNCIA BLINDADA OU ENCAPSULADA, COM DISTRIBUIÇÃO HOMOGÊNEA DA TEMPERATURA. CONTROLE DE TEMPERATURA POR TERMOSTATO DE PRECISÃO, GARANTINDO ESTABILIDADE	5

		TÉRMICA DURANTE O PROCESSO DE SELAGEM. SISTEMA MECÂNICO QUE ASSEGURE PRESSÃO UNIFORME EM TODA A EXTENSÃO DA BARRA DE SELAGEM. COMPATÍVEL COM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILMES LAMINADOS DESTINADOS À ESTERILIZAÇÃO POR VAPOR. A SELAGEM PRODUZIDA DEVERÁ PERMANECER ÍNTEGRA APÓS O PROCESSAMENTO EM AUTOCLAVE, PRESERVANDO A BARREIRA ESTÉRIL DA EMBALAGEM. EQUIPAMENTO COM ALIMENTAÇÃO BIVOLT AUTOMÁTICA (127/220 V), GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES, ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA NO TERRITÓRIO NACIONAL E DISPONIBILIDADE DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO POR NO MÍNIMO 5 ANOS. O FABRICANTE DEVERÁ POSSUIR REGISTRO OU CADASTRO DO EQUIPAMENTO JUNTO À ANVISA, QUANDO APLICÁVEL, CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO, CERTIFICAÇÃO ISO 9001 OU EQUIVALENTE E ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS BRASILEIRAS APLICÁVEIS.	
14	ULTRASSOM ODONTOLÓGICO	**EXCLUSIVO** APARELHO DE ULTRASSOM COM JATO DE BICARBONATO- APARELHO MULTIFUNÇÕES (TRANSDUTOR ULTRASSOM COM SISTEMA PIEZOELÉTRICO ATIVADO POR PASTILHAS CERÂMICAS EM FREQUÊNCIA DE 30.000 HZ E JATO DE BICARBONATO) PARA REMOÇÃO DE CÁLCULO DENTAL E PLACA BACTERIANA. DEVE CONTER UNIDADE GERADORA DE ULTRASSOM, FILTRO DE AR COM DRENAGEM AUTOMÁTICA E PEDAL DE COMANDO PARA ACIONAMENTO, VÁLVULA DUPLA PNEUMÁTICA, RESERVATÓRIO DE BICARBONATO DE SÓDIO, BOMBA PERISTÁLTICA COM REGULAGEM DE FLUXO E SISTEMA DE AR COMPRIMIDO, SENDO O RESERVATÓRIO DE ÁGUA REMOVÍVEL OU NÃO. DUAS CAPAS PROTETORAS RÍGIDAS DO TRANSDUTOR, REMOVÍVEIS E ESTERILIZÁVEIS EM AUTOCLAVE A ATÉ 121º.SISTEMA DE TRAVAMENTO DE ROSCA, EM CORPO DE ACRÍLICO. FILTRO DE AR COM SAÍDA PARA O DRENO NA PARTE INFERIOR DO APARELHO. VÁLVULA DUPLA PNEUMÁTICA: PARA ATUAR COM AR E ÁGUA E EVITAR RESPINGOS DURANTE AS PARADAS DE FUNCIONAMENTO. PEDAL ÚNICO PARA ULTRASSOM E JATO DE BICARBONATO, DE FORMATO REDONDO PARA SER ACIONADO DE QUALQUER ÂNGULO. CHAVE REGULADORA DE POTÊNCIA: PARA PERMITIR A ESCOLHA DA POTÊNCIA DO ULTRASSOM DE ACORDO COM O PROCEDIMENTO. ULTRASSOM COM ROSCA INTERNA NA CANETA. SELETOR DIGITAL DE OPERAÇÃO (ULTRASSOM /BICARBONATO). SELETOR DIGITAL DE FUNÇÃO. AJUSTE FINO DE AR E DE ÁGUA NOS PROCEDIMENTOS COM REFRIGERAÇÃO E PERMITIR A REALIZAÇÃO DE TRABALHOS A SECO. AJUSTE FINO DE POTÊNCIA PARA CADA TIPO DE PROCEDIMENTO. CONTER PELO MENOS 3 INSERTOS DE ULTRASSOM QUE ACOMPANHAM O EQUIPAMENTO. A PEÇA DE MÃO DO JATO DE BICARBONATO DEVE SER REMOVÍVEL, AUTOCLAVÁVEL E EVITAR O CONTATO DA ÁGUA COM O BICARBONATO. A DESPRESSURIZAÇÃO INTERNA DO JATO DE BICARBONATO DEVE SER POR VARREDURA AUTOMÁTICA DO BICARBONATO DE TODO EQUIPAMENTO (DAS VÁLVULAS À PEÇA DE MÃO). GARANTIA: O FABRICANTE FORNECE GARANTIA DE 12 (DOZE) MESES A PARTIR DA DATA DA INSTALAÇÃO. PROTEÇÃO CONTRACHOQUE ELÉTRICO: EQUIPAMENTO DE CLASSE I - PARTE APLICADA DE TIPO B. FREQUÊNCIA DO ULTRASSOM: 30.000 HZ. MODO DE OPERAÇÃO: NÃO CONTÍNUA, (ON) 1 MINUTO / (OFF) 1 MINUT. CAPACIDADE DE LÍQUIDO (RESERVATÓRIO BOMBA PERISTÁLTICA): 1 LITRO. SISTEMA DE TRANSDUTOR: CERÂMICA PIEZOELÉTRICA. TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 127V~ / 220V~ (BIVOLT). FREQUÊNCIA DE ENTRADA: 50/60 HZ. POTÊNCIA: 60 VA. PRESSÃO ENTRADA DE AR COMPRIMIDO: 80 PSI. REGISTRO ANVISA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. EXIGÊNCIA REGULATÓRIA: O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR REGULARIZAÇÃO VIGENTE JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), COMPROVADA MEDIANTE APRESENTAÇÃO DO NÚMERO OU PUBLICAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO OU REGISTRO DO PRODUTO, NOS TERMOS DA RDC ANVISA Nº 751/2022.	16

4. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto licitado caracteriza-se como de natureza comum, considerando que é amplamente disponibilizado no mercado por diversos fornecedores e apresenta especificações usuais, passíveis de comparação objetiva.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', da Lei n. 14.133/2021).

A solução consiste na aquisição de equipamentos odontológicos novos destinados à estruturação dos consultórios odontológicos das unidades de saúde contempladas pelas emendas parlamentares, emendas impositivas e respectivos saldos remanescentes, conforme quantitativos e especificações definidos neste Estudo Técnico Preliminar.

A contratação abrangerá o fornecimento dos equipamentos em perfeitas condições de uso, acompanhados dos respectivos manuais, acessórios e demais itens necessários ao seu pleno funcionamento, observadas as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

Também fazem parte da solução a entrega dos equipamentos nas unidades indicadas pela Administração, a realização da instalação e montagem, quando aplicável, os testes de funcionamento, a garantia do fabricante e a assistência técnica durante o período de garantia, assegurando que os equipamentos estejam aptos para utilização imediata pelos profissionais da rede municipal de saúde.

A solução proposta permitirá a adequada estruturação dos consultórios odontológicos, proporcionando melhores condições de trabalho aos profissionais, ampliação da capacidade operacional das unidades de saúde, maior eficiência na prestação dos serviços

odontológicos e melhoria da qualidade do atendimento oferecido à população, em conformidade com a finalidade dos recursos públicos destinados à contratação.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

Os equipamentos deverão atender às normas e regulamentações sanitárias e técnicas aplicáveis, observadas as exigências específicas estabelecidas nos respectivos descritivos técnicos deste documento

Para fins de análise e aceitação da proposta, o licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta comercial, **quando exigido no respectivo descritivo técnico**, o número de registro ou notificação do equipamento perante a ANVISA, bem como os certificados, publicações ou demais documentos comprobatórios dos requisitos técnicos e regulatórios expressamente solicitados para cada item.

Certificação INMETRO: Exigida expressamente no descritivo apenas para o Item 02 (Aparelho de Raios X Odontológico). Para os demais eletromédicos regulados (Itens 01, 04, 05, 09 e 13), a conformidade elétrica já é verificada pela própria ANVISA no ato da concessão da Notificação ou Registro (RDC ANVISA nº 549/2021).

Documentos da Empresa (Fase de Habilitação): Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) e Licença Sanitária (Alvará Sanitário), exigíveis exclusivamente aos licitantes vencedores dos Itens 01, 02, 03, 04, 05, 08, 09, 10 e 13.

Garantia mínima de 12 (doze) meses (quando exigido) contra defeitos de fabricação, a contar da data de entrega e aceite da secretaria de saúde, responsabilizando-se, dentro desse prazo, por qualquer defeito de fabricação e funcionamento, sem que isso acarrete a cobrança de qualquer custo adicional para o município.

Manual do usuário em português (quando aplicável), com orientações sobre uso, instalação, limpeza, conservação e manutenção;

Os equipamentos deverão possuir assistência técnica autorizada em território nacional, com disponibilidade de fornecimento de peças de reposição e suporte técnico durante o período de garantia, devendo o fornecedor assegurar atendimento compatível com as necessidades da Administração;

Selo ou etiqueta de identificação do fabricante e do modelo no corpo do equipamento.

Não serão aceitas declarações emitidas exclusivamente pelo licitante, catálogos elaborados especificamente para o certame, folders, prospectos ou materiais publicitários sem especificações técnicas ou quaisquer documentos que não permitam verificar objetivamente as características do equipamento ofertado.

Em caso de divergência entre as informações constantes na proposta comercial, nos catálogos, manuais ou fichas técnicas apresentados pelo licitante e aquelas constantes da documentação oficial apresentada pelo fabricante no processo de regularização do

produto junto à ANVISA, prevalecerão as informações constantes da documentação utilizada na respectiva regularização sanitária, sem prejuízo das demais especificações exigidas neste Termo de Referência.

A Administração poderá realizar diligências para confirmação das especificações técnicas do equipamento ofertado, mediante consulta aos sítios oficiais do fabricante, da ANVISA ou de outros órgãos competentes, podendo solicitar esclarecimentos complementares sempre que necessário.

7. DA ENTREGA E EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, alínea "e" da Lei nº 14.133/2021)

O prazo de entrega será de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da liberação do empenho, da autorização de fornecimento e do envio da solicitação, que será encaminhada por e-mail, por meio do seguinte endereço eletrônico: compras.saude3@salto.sp.gov.br

O fornecedor é responsável pelo transporte e descarga dos materiais no local de entrega, não sendo admitido repasse dessa obrigação à Administração.

Todas as despesas com a entrega, incluindo frete, impostos, taxas, pedágios, etc, serão por conta única e exclusiva do fornecedor;

O equipamento será recebido provisoriamente no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada, bem como da correspondência entre o equipamento efetivamente entregue e aquele aprovado na fase de análise da proposta, inclusive quanto à marca, modelo, documentação técnica oficial do fabricante e regularização perante os órgãos competentes, quando aplicável, além da instalação, montagem e perfeito funcionamento do equipamento, quando cabível.

O equipamento poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando não atender às especificações constantes neste Termo de Referência, da proposta apresentada ou da documentação técnica oficial do fabricante, bem como quando apresentar desempenho incompatível com as características exigidas, devendo ser substituído no prazo máximo de 15 (quinze) dias, às expensas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação e no instrumento contratual.

O recebimento definitivo ficará condicionado à verificação do atendimento integral às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, ao perfeito funcionamento do equipamento, quando aplicável, e à confirmação de que o equipamento entregue corresponde àquele aprovado na fase de análise da proposta, inclusive quanto à marca, modelo, documentação técnica oficial do fabricante e regularização perante os órgãos competentes, quando exigível.

Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

No ato da entrega, o fornecedor deverá apresentar nota fiscal correspondente ao objeto entregue, compatível com os quantitativos e descrições constantes na requisição.

Os materiais deverão ser entregues em um dos endereços abaixo indicados, o qual será informado ao fornecedor por meio de e-mail, juntamente com a Nota de Empenho e a respectiva Autorização de Fornecimento:

- **Almoxarifado de suprimentos**

Rua Islândia, 18 – Distrito industrial Bandeirantes- Salto/SP CEP: 13.326-193

O local de entrega poderá ser alterado pela Administração, mediante comunicação prévia e formal ao fornecedor, sem que disso decorra qualquer ônus adicional ao Município, desde que mantido o endereço dentro do território do Município de Salto/SP

8. Das Obrigações da Contratada

Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributaria e trabalhistas, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação.

Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade e qualificação exigidas quando da instrução do referido processo.

Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

A (s) empresa (s) vencedora (s) do(s) item(ns) deverá entregar os materiais que atendam rigorosamente, às especificações constantes de sua proposta, respeitando o solicitado.

Os produtos deverão ser novos sendo entregues em embalagens originais, sem avarias, devendo ser identificado com informações precisas, corretas, claras, em língua portuguesa sobre suas características: qualidade, quantidade, composição, garantia e origem.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f" da Lei nº 14.133/21)

O presente contrato será gerido e fiscalizado conforme as disposições da Lei nº

14.133/2021, especialmente o disposto no art. 117, sendo designados os seguintes servidores para atuação no âmbito deste Processo Administrativo:

Atribuições do Fiscal:

Responsável pela fiscalização da execução contratual, incluindo o acompanhamento da entrega, atestação da conformidade dos produtos, registro de ocorrências e comunicar o gestor do contrato sobre eventuais irregularidades ou não conformidades.

Atribuições do Gestor:

Responsável por acompanhar e gerir a execução do contrato, verificar o cumprimento das cláusulas contratuais, mediar comunicação com a contratada, propor aplicação de penalidades e atuar como instância de primeira análise quanto às demandas relativas ao contrato

Atribuições da Equipe de Apoio:

Apoiar o pregoeiro ou a comissão de contratação na condução do procedimento licitatório, com atuação na análise formal dos documentos de habilitação e propostas, elaboração de respostas a pedidos de esclarecimentos e impugnações, bem como na promoção da regularidade e da transparência do certame

10. Forma de fornecimento

O objeto será fornecido em entrega única, conforme as especificações constantes neste Termo de Referência.

ELABORADO POR:
Ana Flávia de Jesus Almeida Cargo:
Auxiliar Administrativo
Matrícula: 9665

FERNANDO AMÂNCIO DE CAMARGO
Secretário de Saúde

ANEXO II
Cidades do Âmbito Regional (art. 49, II e 48 §3º da LC 123/06 e suas atualizações)

1- Região Metropolitana de São Paulo

Norte: Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã.
Leste: Arujá, Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano.
Sudeste: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.
Sudoeste: Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapecerica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.
Oeste: Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba.

Fonte: https://www.emplasa.sp.gov.br/RMSP

2- Região Metropolitana de Sorocaba

Sub-Região 1: Alambari, Boituva, Capela do Alto, Cerquilho, Cesário Lange, Jumirim, Sarapuí, Tatuí, Tietê e Itapetininga, município que foi incorporado à região após a sua institucionalização;
Sub-Região 2: Alumínio, Araçariguama, Ibiúna, Itu, Mairinque, Porto Feliz, Salto e São Roque;
Sub-Região 3: Araçoiaba da Serra, Iperó, Piedade, Pilar do Sul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, Sorocaba, Tapiraí e Votorantim.

Fonte: https://www.emplasa.sp.gov.br/RMS

3- Região Metropolitana de Campinas

Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo

Fonte: https://www.emplasa.sp.gov.br/RMC

NOTA: Nos termos do art. 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, fica estabelecida a prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

ANEXO III
MINUTA CONTRATUAL

Contrato Administrativo nº ...../2026
Processo Administrativo nº 3718/2026
Contratante – Prefeitura da Estância Turística de Salto
Contratada –
Objeto –
Referente – Pregão Eletrônico nº 63/2026.
Valor Total – R$
Vigência –

O Município de Salto, Estado de São Paulo, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sediada a Av. Tranquillo Giannini, 861, Distrito Industrial Santos Dumont, na cidade de Salto/SP, CEP 13.329-600, inscrita no CNPJ MF) nº 46.634.507/0001-06, neste ato representada pelo **Secretário de Saúde, Fernando Amâncio de Camargo, nacionalidade....., estado civil.....,** portador do RG nº ..... e do CPF nº .....; ora designada simplesmente como *Contratante* e, de outro lado _____, sediada à _____, na cidade de _____/____ , Inscrita no CNPJ(MF) nº_____ e Inscrição Estadual nº _____neste ato representada pelo(a) Sr(a) _____ portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, doravante designada simplesmente *Contratada*, tem entre si justo e acordado o presente contrato conforme as seguintes cláusulas:

DO OBJETO
Cláusula Primeira:
1.1. Constitui o objeto do presente contrato, a aquisição de equipamentos odontológicos destinados à estruturação e modernização dos consultórios odontológicos da rede municipal de saúde, conforme especificações, quantidades e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e neste contrato, a cargo da Secretaria de Saúde.

Item	Descrição dos itens Marca/Modelo	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor Total do Item R$

Nota: Na formalização do contrato trazer os itens de acordo com a adjudicação e homologação.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
Cláusula Segunda
2.1. A gestão e fiscalização do contrato será de responsabilidade da Secretaria de Saúde, de acordo com as diretrizes da Administração Municipal, conforme servidoras designadas abaixo:

2.1.1. GESTOR:
Nome: Aline Guimarães Galdino
Matrícula: 10792
Cargo: Auxiliar Administrativo
E-mail: compras.saude3@salto.sp.gov.br

2.1.1.1. Competência:

Responsável por acompanhar e gerir a execução do contrato, verificar o cumprimento das cláusulas contratuais, mediar comunicação com a contratada, propor aplicação de penalidades e atuar como instância de primeira análise quanto às demandas relativas ao contrato.

2.1.2. FISCAL:
Nome: Léa Maria Cecílio Junqueiro
Matrícula: 9430
Cargo: Cirurgiã-Dentista

2.1.2.1. Competência:
Responsável pela fiscalização da execução contratual, incluindo o acompanhamento da entrega, atestação da conformidade dos produtos, registro de ocorrências e comunicar o gestor do contrato sobre eventuais irregularidades ou não conformidades. Sua atuação é essencial para garantir a conformidade da execução com os termos pactuados.

2.2. A gestão e fiscalização contratual manterá as atribuições definidas pela lei de licitação n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 59/2023, repristinado pelo Decreto Municipal nº 47/2025.

2.3. As exigências e atuação da fiscalização pela Secretaria de Saúde, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva do contratado, no que concerne à execução do objeto deste Contrato.

DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS
Cláusula Terceira:
3.1. Para efeitos obrigacionais, tanto o Edital do Pregão Eletrônico nº 63/2026 seus anexos, bem como a proposta nele adjudicada, vinculam e integram a presente contrato, prevalecendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO
Cláusula Quarta:
4.1. O prazo de vigência do contrato será até 6 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura do CONTRATO ou até a entrega total dos materiais, o que ocorrer primeiro.

4.2. A entrega dos materiais fica expressamente condicionada à efetiva disponibilidade orçamentária e financeira no exercício de 2026, eventual necessidade de conclusão de obrigações ou realização de pagamento após o encerramento do exercício financeiro, o empenho ficará como restos a pagar.

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO (Art. 25, §7º)
Cláusula Quinta:
5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano vinculado a data-base do orçamento estimado, conforme Mapa de Preços da instrução processual datado de 27/10/2026. No caso de reajuste será utilizado o índice IPCA, nos termos do § 7º do art. 25 da Lei de Licitação.

5.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

5.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

5.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

5.7. O prazo para resposta do pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro será de 1(um) mês para a Administração decidir sobre o requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, conforme dispõe o art. 123, § único da Lei n.º 14.133/21.

DO PREÇO DO FATURAMENTO E DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO
Cláusula Sexta:
6.1 A Contratante pagará a Contratada o valor global de R$.....(...), através de pagamentos realizados mediante transferência bancaria em conta corrente do contratado, na Instituição Bancaria.....Agência Bancaria n.º ..... e Conta Corrente n.º..... de titularidade da empresa.

6.2. A Contratada poderá emitir a Nota Fiscal somente após a liberação da nota de empenho e realização da entrega total dos equipamentos.

6.3. O pagamento será efetuado, em até 10 (dez) dias, descontada a dezena, partir do recebimento da nota fiscal na Secretaria de Finanças, após ser devidamente atestada pelo gestor do contrato da Secretaria de Saúde, obedecendo-se a ordem cronológica de pagamento.

6.3.1. Na ocorrência de rejeição da (s) nota (s) fiscal (is) motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item acima, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação na Secretaria de Finanças.

6.4. Em caso de atraso no pagamento, deverá ser considerado atualização financeira de valor corrigido pelo IPCA/IBGE.

6.5. Nenhum pagamento antecipado será efetuado à licitante, ou enquanto pendente de qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

6.6. A contratada quando do faturamento deverá inserir na Nota Fiscal – Pregão Eletrônico nº 63/2026, Contrato ..... /2026, Nota de Empenho ..... /2026, e demais informações constantes no item **6.1** do contrato.

6.7. Os pagamentos serão efetuados mediante transferência ou depósito em conta corrente do Contratado.

6.8. Quando da emissão da Nota Fiscal ou Fatura, a contratada deverá destacar as retenções dos impostos e contribuições sociais devidas, ou fazer menção à base legal, quando isenta ou dispensada.

6.9. Nos valores propostos estarão inclusos, além do lucro, transporte, carga e descarga, instalação, montagem e testes de funcionamento, quando aplicáveis, bem como todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos e demais encargos, assim como todas as despesas diretas e indiretas relacionadas com a integral execução do objeto, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Cláusula Sétima:
7.1. As verbas para pagamento do objeto da presente licitação, está de acordo com as dotações orçamentárias vigente abaixo, e será de responsabilidade da Prefeitura da Estância Turística de Salto:

Exercício	Ficha	Dotação	Recurso
2026	1089	02.08.01.449052.10.301.0005.2.021.95.9020002	Emenda Parlamentar
	1022	02.08.01.449052.10.301.0005.2.021.08.8040141	Emenda Impositiva
	1315	02.08.01.449052.10.301.0005.2.021.05.8000097	Emenda Parlamentar
	1316	02.08.01.449052.10.301.0005.2.021.05.8000098	Emenda Parlamentar
	1190	02.08.01.449052.10.301.0005.2.021.98.8040250	Emenda Impositiva
	1191	02.08.01.449052.10.301.0005.2.021.98.8040251	Emenda Impositiva

DO PRAZO, LOCAL E RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS
Cláusula Oitava:
8.1. O prazo para entrega dos materiais será de **até 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento, pelo fornecedor, da Nota de Empenho, da Autorização de Fornecimento e da solicitação formal, a qual será encaminhada por meio eletrônico, através do endereço: compras.saude3@salto.sp.gov.br;

8.2. O transporte será de inteira responsabilidade da contratada, incluindo custos de frete, carga, descarga, seguro e demais despesas necessárias à entrega no local indicado pela Administração;

8.3. O fornecedor é responsável pelo transporte e descarga dos materiais no local de entrega, não sendo admitido repasse dessa obrigação à Administração;

8.4. O equipamento será recebido provisoriamente no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada, bem como da correspondência entre o equipamento efetivamente entregue e aquele aprovado na fase de análise da proposta, inclusive quanto à marca, modelo, documentação técnica oficial do fabricante e regularização perante os órgãos competentes, quando aplicável, além da instalação, montagem e perfeito funcionamento do equipamento, quando cabível.;

8.4.1. Quando aplicável, os equipamentos deverão passar por testes de funcionamento, instalação, configuração, calibração ou demonstração operacional, como condição para emissão do recebimento definitivo do objeto.

8.4.2 Os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando não atenderem às especificações constantes do Termo de Referência, da proposta apresentada ou da documentação técnica oficial do fabricante, bem como quando apresentarem desempenho incompatível com as características exigidas, devendo ser substituídos no prazo máximo de 15

(quinze) dias, às expensas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação e neste instrumento.

8.4.3. O recebimento definitivo ficará condicionado à verificação do atendimento integral às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, ao perfeito funcionamento do equipamento, quando aplicável, e à confirmação de que o equipamento entregue corresponde àquele aprovado na fase de análise da proposta, inclusive quanto à marca, modelo, documentação técnica oficial do fabricante e regularização perante os órgãos competentes, quando exigível.

8.5. Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado de Suprimentos:
Rua: Islândia, 18, com confluência a Rua Inglaterra, Lote 11, Quadra - A. Bairro: Distrito Industrial Bandeirantes – Salto/SP- CEP 13.326-193.

8.6. O local de entrega poderá ser alterado pela Administração, mediante comunicação prévia e formal ao fornecedor, sem que disso decorra qualquer ônus adicional ao Município, desde que mantido o endereço dentro do território do Município de Salto/SP.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (ART. 92)
Cláusula Nona:
9.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste contrato e seus anexos.

9.2. Permitir o acesso dos colaboradores da CONTRATADA às suas dependências para a entrega dos equipamentos, proporcionando todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas.

9.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

9.4. Comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades ou falhas na execução do objeto deste Contrato, determinando o que for necessário à sua regularização, para que seja substituído.

9.5. Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do objeto.

9.6. Impedir que terceiros executem o objeto deste Contrato.

9.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, por meio de servidor designado legalmente como Representante da Administração, que atestará as Notas Fiscais, para fins de pagamento.

9.8. Efetuar o pagamento devido pela execução do objeto, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.

9.9. Verificar, antes do pagamento, a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA.

9.10. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares, quando cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9.11. Publicar o extrato do presente contrato na Imprensa Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos do art. 94 da Lei 14.133/2021.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (ART. 92).
Cláusula Décima:
10.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributaria e trabalhistas, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

10.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

10.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação.

10.4. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade e qualificação exigidas quando da instrução do referido processo.

10.5. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

10.6. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.7. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.8. Manter durante a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

10.9. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Contrato e seus anexos e em sua proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

10.9.1. Sendo bens permanentes, o objeto deverá estar acompanhado do manual do usuário em português, quando aplicável, observadas as condições de assistência técnica previstas no Termo de Referência;

10.9.2. A Contratada deverá realizar, quando cabível, a instalação e montagem dos equipamentos, disponibilizando-os em perfeito funcionamento, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.9.3. A Contratada deverá assegurar a garantia e a assistência técnica dos equipamentos nos prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência e no descritivo de cada item.

10.9.4. Os equipamentos deverão possuir selo ou etiqueta de identificação do fabricante e do modelo no corpo do equipamento, conforme previsto no Termo de Referência.

10.10. Os produtos deverão ser novos sendo entregues em embalagens originais, sem avarias, devendo ser identificado com informações precisas, corretas, claras, em língua portuguesa sobre suas características: qualidade, quantidade, composição, garantia e origem.

10.11. Comunicar à administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.12. Orientar e instruir seus colaboradores quanto à necessidade de acatar as normas internas da CONTRATANTE.

10.13. Comunicar à CONTRATANTE qualquer anormalidade que vier a ocorrer na entrega do objeto e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

10.14. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n° 8.078, de 1990).

10.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendizes para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho de menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.16. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.

10.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto contratado.

DA SUBCONTRAÇÃO (Art. 122 – Lei 14.133/21)
Cláusula Décima Primeira
11.1. Não será permitida a subcontratação nesta contratação.

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES (ART. 92, XIV)
Cláusula Décima Segunda:
12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I - **Advertência**,
II - **Impedimento de licitar e contratar**,
III - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**,
IV - **Multa:**

- § 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- § 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei;

- § 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

- § 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no **prazo máximo de 10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. O Contratante deverá, **no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da legislação aplicável.

DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)
Cláusula Décima Terceira:
13.1. O contrato se extingue com a conclusão de seu objeto, compreendendo a entrega, o recebimento definitivo e o pagamento, observado o disposto no art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

DA ASSINATURA DO CONTRATO
Cláusula Décima Quarta:
14.1. A empresa vencedora do certame apresentou na assinatura deste ato:

"Declaração constando o n.º de funcionários e se superior a 100(cem), para atender o disposto na Lei Municipal n.º 3.972/2022 numa das formas estabelecidas no art. 2º do referido diploma legal."

14.2. A empresa, neste ato, declara concordar com todos os termos do presente contrato, bem como das obrigações do regulamento administrativo previsto pela Contratante, além das penalidades pertinentes às leis específicas à matéria Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Orgânica do Município de Salto nº 1382/90 (Emenda Substitutiva nº 01/2008), que fazem parte integrante do **Pregão Eletrônico nº 63/2026**.

DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)
Cláusula Décima Quinta
15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS
Cláusula Décima Sexta

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
Cláusula Décima Sétima
17.1. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento deste contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

DA PUBLICAÇÃO
Cláusula Décima Oitava
18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

DO FORO (ART. 92, § 1º)
Cláusula Décima Nona
19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Salto/SP, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Assim por estarem justas e acordadas, firma o presente contrato, em DUAS vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, de acordo com a legislação vigente.

Estância Turística de Salto/SP, _____ de novembro _____ de 2026.

Fernando Amâncio de Camargo
Secretário de Saúde

Empresa
Contratada

ANEXO IV
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
(CONTRATOS)

CONTRATANTE: _____
CONTRATADO: _____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____
OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://doe.tce.sp.gov.br/), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:
a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:
Pelo contratante:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

Pela contratada:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):
Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.